



ANAIIS I

SEMINÁRIO DE RESUMOS
JURÍDICOS DO CURSO DE DIREITO



FURJ – MANTENEDORA

**ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA
FURJ**

Conselho de Administração

Presidente – Beatriz Regina Branco

Conselho Curador

Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE –
UNIVILLE – MANTIDA**

**ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA
UNIVILLE**

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

**ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE
– REITORIA**

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação**

Paulo Henrique Condeixa de França

**Pró-Reitora de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Patrícia Esther Fendrich Magri

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

**PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ –
MANTIDA**

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield



**EDITORA
univille**

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral

Silvio Simon de Matos

Secretaria

Gabriela Heidemann

Diagramação

Rafael de Lima

ISBN N.º978-65-87142-92-0

Catlogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

S471a	Seminário de Resumos Jurídicos do Curso de Direito (1. : 2025 : Joinville, SC) Anais I Seminário de Resumos Jurídicos do Curso de Direito / organização Renata Egert, Rafael Mendonça. – Joinville, SC : Editora Univille, 2025. 49 p. ISBN: 978-65-87142-92-0 1. Direito. 2. Direito civil. 3. Segurança pública. 4. Direitos humanos. 5. Direito do trabalho. 6. Direito previdenciário. 7. Direito constitucional. I. Egert, Renata (org.). II. Mendonça, Rafael (org.). III. Título
-------	---

CDD 340

Elaborada por: Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB 14/1401

ANAIS DE RESUMOS DO I SEMINÁRIO DE RESUMOS JURÍDICOS

Resumo: Esta publicação que ora é tornada pública contém os resumos apresentados I Seminário de Resumos Jurídicos. Anunciamos neste veículo, desta forma, os trabalhos aprovados pela comissão Científica. A edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade.

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Direito

Renata Egert
Rafael Mendonça

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Dr. Acir Alves Coelho Junior
Ma. Beatriz Regina Branco
Dr. Belini Meurer
Me. Carlos Alberto Hartwig
Dr. Claudio Melquiades Medeiros
Me. Cloves Fernandes Barbosa
Esp. Daniel de Oliveira
Me. Décio Luiz Otero Junior
Me. Denis Fernando Radum
Me. Fernando de Lima
Dr. Frederico Wellington Jorge
Dra. Janaína Silveira Soares Madeira
Me. João Fábio Silva da Fontoura
Me. José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
Ma. Katja Elizabeth Fuxreiter
Dr. Leandro Gornicki Nunes
Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Ma. Luciana Altmann Tenório
Dr. Luis Felipe do Nascimento Moraes
Me. Luiz Claudio Gubert
Me. Luiz Gustavo Assad Rupp
Dr. Nestor Castilho Gomes
Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Esp. Pedro Elias Neto
Dr. Rafael Mendonça
Ma. Renata Egert
Me. Sergio de Oliveira Netto
Dr. Waldemar Moreno Junior
Esp. Wilson Furtado

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Renata egert
Rafael Mendonça

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS **I SEMINÁRIO DE RESUMOS JURÍDICOS**

Esta publicação apresenta os resumos aprovados durante a apresentação dos Trabalhos de conclusão do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, no **I Seminário de Resumos Jurídicos** no primeiro semestre de 2025. A edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade.

A pesquisa tem como finalidade a produção de novos conhecimentos, de caráter teórico e com relevância social. Com o avanço do pensamento epistemológico, a ideia de pesquisa como mera “busca da verdade” deu lugar à concepção de investigação como meio de ampliar o poder explicativo das teorias. Nesse contexto, a publicação de Anais de Eventos representa um instrumento importante de disseminação do conhecimento científico, permitindo não apenas a divulgação de novas descobertas e do próprio congresso, mas também a preservação do conteúdo produzido, criando uma memória permanente na web — acessível inclusive aos que não puderam participar presencialmente.

No âmbito universitário, a pesquisa constitui uma função essencial, voltada à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como à criação e difusão da cultura. Esse processo se realiza em estreita articulação com o ensino e a extensão, assegurando a integração das atividades acadêmicas e contribuindo para o avanço da sociedade.

Renata Egert

SUMÁRIO

- 10 DESAFIOS NORMATIVOS NA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL**
Adriano Borges, Sirlei de Souza
- 11 EFICÁCIA DA LEI TRABALHISTA NO ESPAÇO: ANÁLISE ACERCA DA PROTEÇÃO JURÍDICA NAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DOS TRABALHADORES CONTRATADOS NO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS NO EXTERIOR**
Beatriz da Silva Becker, Clóves Fernandes Barbosa
- 12 A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR**
Camila Venturi de Sant' Ana, Clóves Fernandes Barbosa
- 13 OS LIMITES E POSSIBILIDADES DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS À LUZ DO TEMA 1046 DO STF**
Caroline Martins, Luis Felipe do Nascimento Moraes
- 14 OS IMPACTOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 NA APOSENTADORIA ESPECIAL**
Claudio Dantas Correia Junior, Carlos Alberto Hartwig
- 15 DECADÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: UMA ANÁLISE DOS LIMITES IMPOSTOS PELO STF NO RE N. 626.489/SE E ADI 6.096**
Fábio Kühn, Carlos Alberto Hartwig
- 16 TEMA 725 DO STF: DESDOBRAMENTOS E IMPLICAÇÕES DE SUA EXPANSÃO INTERPRETATIVA, INCLUSIVE NO TEMA 1389 DO STF**
Gabriel Felipe Murara, Luiz Felipe do Nascimento Moraes
- 17 UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO NO JUIZADO ESPECIAL**
Guilherme Dias do Nascimento, Carlos Alberto Hartwig
- 18 A RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA EM FACE DO RECONHECIMENTO DA SÍNDROME DE *BURNOUT***
Guilherme Prá de Vincenzi, Carlos Alberto Hartwig

20 UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS NO BRASIL E SEUS MÉTODOS

Julia Doin Rohrbacher, Katja Elizabeth Fuxreiter

21 SÍNDROME DO *BURNOUT* E O SEU BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE ACIDENTÁRIA

Julia da Silveira, Cloves Fernandes Barbosa

23 A DEFINIÇÃO DE “USO E CONSUMO” PARA FORMAÇÃO DE CRÉDITO DO ICMS E A SUA OCORRÊNCIA PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

Kevin Augusto dos Santos, Daniel de Oliveira

24 PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: E-COMMERCE APÓS A PANDEMIA NO BRASIL

Lucas Voss Manarin, Renata Egert

25 INSEMINAÇÃO CASEIRA E LESBOPARENTALIDADE: OS LIMITES DOS ATOS NORMATIVOS DO CNJ FRENTE AO LIVRE PLANEJAMENTO FAMILIAR

Maria Eduarda dos Reis, Denis Fernando Radun

27 ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA NEGATIVA DE ACESSO AO ACERVO HEREDITÁRIO LEGÍTIMO À PESSOA GERADA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM NO BRASIL

Maria Eduarda Kopsch, Denis Fernando Radun

28 A POSSIBILIDADE DA EXCLUSÃO DO ISS DAS BASES DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (TEMA 118/STF), À LUZ DO TEMA 69/STF

Nícolas Sikorski Mengarda, Daniel de Oliveira

29 SALVANDO O SALVA-VIDAS: APONTAMENTOS À CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

Patricia Alves, Waldemar Moreno Junior

30 OS LIMITES DA AUTONOMIA DA VONTADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Patrick de Andrade, Claudio Melquíades Medeiros

31 A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SOB A ÓTICA DA TEORIA MENOR NO ÂMBITO TRABALHISTA

Thiago Lincon Voltolini, Décio Luiz Otero Junior

32 OS DESAFIOS DO DIREITO PROBATÓRIO NA INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

Daniela Martins, Waldemar Moreno Junior

33 RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

Gabriel Pires dos Anjos, Pedro Elias Neto

34 ANÁLISE DA PROTEÇÃO DO DIREITO DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS NO CONTEXTO DOS NAVIOS DE CRUZEIRO COM BANDEIRA DE CONVENIÊNCIA

Ivan Bolzon de Oliveira, Cloves Fernandes Barbosa

35 A DECISÃO DE PRONÚNCIA: O PARADOXO ENTRE O DIREITO DO ACUSADO E O DEVER DO ESTADO DE PUNIR INFRATORES

Lizandra Costodio, Waldemar Moreno Junior

36 RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E RACISMO INSTITUCIONAL NA JURISDIÇÃO PENAL

Maria Ariéle da Silva, Leandro Gornicki Nunes

37 O CONTROLE JURISDICIONAL DAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

Yuri Schulz Gehrmann Schneider, Waldemar Moreno Júnior

38 A COLABORAÇÃO PREMIADA SOB ÓTICA DA TEORIA DOS JOGOS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO PENAL NEGOCIADO

Alisson Ledoux Ozorio, Waldemar Moreno Junior

39 DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO EM SANTA CATARINA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Amanda Heloysa Athanazio, Renata Egert

40 O CONTINENTE ANTÁRTICO E O DIREITO INTERNACIONAL: A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E O TRATADO DA ANTÁRTICA

Beatriz Mühlmann de Castro, Cloves Fernandes Barbosa

41 ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DA AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA

Bruna Eduarda Marczak, Cloves Fernandes Barbosa

42 **A CONCESSÃO DE MÚLTIPLAS PENSÕES POR MORTE NO RGPS
DIANTE DA MULTIPARENTALIDADE**

Carolina Mais da Silva, Renata Egert

43 **A HOLDING FAMILIAR APLICADA COMO FERRAMENTA DE
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO**

Erick Felipe Meyer Werner, Denis Fernando Radun

44 **SMART CONTRACTS E BLOCKCHAINS NO DIREITO BRASILEIRO**

Franck Maieski Andregiesky Andraschko, Beatriz Regina Branco

45 **O TRABALHO DOMÉSTICO REDUZIDO A CONDIÇÕES ANÁLOGAS À
ESCRavidÃO**

Julia Berkenbrock, Cloves Fernandes Barbosa

46 **UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS DESAFIOS AO DIREITO
PENAL NO ENFRENTAMENTO À LAVAGEM DE CAPITAIS POR MEIO DE
CRIPTOMOEDAS**

Larissa Conceição da Silva, Rafael Mendonça

47 **FAMÍLIAS EM CONSTRUÇÃO: OBSTÁCULOS CULTURAIS E SOCIAIS
NA ADOÇÃO BRASILEIRA**

Monique Nass Karnopp, Renata Egert

48 **ADOÇÃO DE CRIANÇAS ESTRANGEIRAS: DESAFIOS LEGAIS E
HUMANITÁRIOS NA BUSCA PELO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA**

Tauany Polak Kachorowski, Renata Egert

49 **O AVANÇO DA EQUIDADE DE GÊNERO NOS ESPORTES**

Thiago Schreiter Furtado, José Edilson da Cunha Fontenelle Neto



DESAFIOS NORMATIVOS NA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Adriano Borges
Sirlei de Souza

O tema referente aos desafios normativos na regularização de territórios quilombolas vem ganhando destaque no cenário jurídico brasileiro na atualidade, sendo um verdadeiro campo de disputas por reconhecimento e justiça social. Os territórios quilombolas representam organizações formadas por descendentes de africanos escravizados, que resistem à opressão e à exclusão social desde o período colonial. A regularização fundiária dessas áreas não se refere somente a mera posse de terra, mas se configura como uma luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais à preservação cultural e à autonomia econômica das comunidades quilombolas. Neste contexto, este estudo se propõe a analisar os desafios normativos específicos que vêm sendo enfrentados nos processos de regularização de territórios quilombolas na cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina. Este caso é emblemático, devido à complexidade local e as particularidades das comunidades ali existentes. Pretende-se constatar que esses desafios estão amplamente relacionados à ineficiência do Estado, e as instituições como o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) no cumprimento de suas funções executivas, bem como à resistência institucional, que frequentemente coloca as comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade. A combinação entre entraves burocráticos e falta de vontade política apresentam-se como os principais fatores responsáveis pelos sucessivos atrasos nos processos de titulação, aprofundando a situação de insegurança jurídica vivida por essas comunidades. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, dando ênfase na análise documental e interpretativa de fontes jurídicas e doutrinárias. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, que busca compreender os fundamentos jurídicos, históricos e sociais que orientam o reconhecimento e a proteção dos territórios quilombolas. A investigação baseia-se na análise de julgados relevantes do STF, como a ADI 3239 e a ADPF 177, assim como outros Recursos Extraordinários e decisões correlatas que tratam da regularização fundiária dessas comunidades. Conclui-se que a efetivação dos direitos territoriais quilombolas exige comprometimento estatal, políticas públicas integradas e participação social ativa, a fim de garantir não apenas o acesso à terra, mas também a preservação da identidade cultural e a promoção da dignidade humana. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva, que busca compreender os fundamentos jurídicos, históricos e sociais que orientam o reconhecimento e a proteção dos territórios quilombolas.

Palavras-chave: Quilombolas, Regularização Fundiária, Direitos Territoriais.



EFICÁCIA DA LEI TRABALHISTA NO ESPAÇO: ANÁLISE ACERCA DA PROTEÇÃO JURÍDICA NAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DOS TRABALHADORES CONTRATADOS NO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS NO EXTERIOR

Beatriz da Silva Becker
Clóves Fernandes Barbosa

O presente estudo tratará da regulamentação e da transferência de trabalhadores brasileiros para atuarem no exterior. Com o avanço da globalização e o conseqüente aumento da mobilidade internacional da mão de obra, torna-se cada vez mais importante analisar os aspectos jurídicos relacionados à transferência de trabalhadores para fora do território nacional. Seja por meio de deslocamentos temporários — como missões e projetos com prazos determinados — ou por transferências definitivas, observa-se um crescimento no número de brasileiros contratados para exercer suas funções em outros países, tanto por empresas brasileiras com operações internacionais quanto por empresas estrangeiras. Esse cenário levanta importantes questões sobre a aplicação e a efetividade das normas trabalhistas, sobretudo no que diz respeito à proteção dos direitos fundamentais desses profissionais em contexto transnacional. O objetivo central é investigar como o Direito do Trabalho se aplica nesses casos, considerando a interação entre a legislação interna (como a CLT e a Constituição Federal), os tratados internacionais ratificados pelo Brasil e, eventualmente, a legislação estrangeira. A análise inclui temas como salário, jornada, saúde e segurança no trabalho, e acesso à justiça, além de discutir a escolha da legislação aplicável e seus impactos na proteção ao trabalhador, e a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, visando a aprofundar a compreensão do tema por meio da análise de obras, documentos jurídicos e literatura especializada. Utiliza o método dedutivo e tem caráter explicativo, buscando identificar relações causais e oferecer contribuições teóricas e práticas para o aprimoramento do regime jurídico aplicável aos trabalhadores brasileiros no exterior. O tema é juridicamente e socialmente relevante, dada a complexidade dos contratos internacionais de trabalho, que envolvem jurisdições distintas e podem gerar incertezas quanto à legislação aplicável e aos direitos efetivos do trabalhador. Assim, a pesquisa reflete sobre os mecanismos de proteção jurídica ao trabalhador brasileiro no exterior, à luz da norma, da doutrina e da jurisprudência, contribuindo para a construção de um modelo jurídico mais eficaz e harmonioso, em defesa da dignidade e da proteção ao trabalhador.

Palavras-chave: Contrato de trabalho, internacional, prestações de serviços.



A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Camila Venturi de Sant' Ana
Cloves Fernandes Barbosa

Este artigo abordará a proteção de crianças e adolescentes contra o trabalho infantil no Brasil, por meio de um estudo sobre a eficácia da legislação em vigor. A partir disso, é importante conceituar o trabalho infantil e elencar algumas formas da exploração dessa modalidade de trabalho. O trabalho infantil é toda forma de trabalho realizada por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida. No Brasil, o labor é proibido para quem ainda não completou 16 anos, exceto no contrato de aprendizagem, que poderá ser iniciado aos 14 anos de idade. No tocante aos formatos da exploração da mão de obra infantil, pode-se citar: trabalho insalubre, perigoso, noturno, penoso ou prejudicial à moralidade; trabalho que cause prejuízos ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; trabalho em horários e locais que não permitam a frequência à escola; e trabalho elencado na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Ato contínuo, será possível compreender o contexto histórico internacional e brasileiro que, atrelado às questões socioeconômicas do Brasil, impactaram na manutenção das práticas de utilização da mão de obra infantil ainda na atualidade, embora o país tenha passado por diversos processos de desenvolvimento econômico e social. Por conseguinte, o estudo objetivará demonstrar que, apesar de existir farta legislação específica proibindo a contratação de crianças e adolescentes, as questões familiares, raciais e socioeconômicas ainda configuram motivos para a manutenção do trabalho infantil no país. No contexto histórico do trabalho infantil, este estudo abordará os impactos causados pela Revolução Industrial ocorrida, pioneiramente, nos países europeus. Por consequência, no Brasil, a população infantil foi associada a objeto de políticas, ao invés de sujeitos de direito, incentivando a exploração da mão de obra infantil. Já em relação à legislação específica sobre o tema, o artigo demonstrará que existe farta regulamentação legal sobre o trabalho infantil no Brasil, ou seja, o ordenamento jurídico é completo neste ponto. Para finalizar a análise, serão expostos os dados qualitativos e quantitativos sobre o trabalho infantil no país, durante o século XXI, em especial as espécies da exploração da mão de obra infantil, os indicadores numéricos ao longo dos anos e as ações governamentais e fiscalizadoras para combater essa forma de labor. Por fim, este artigo será abordado de forma quantitativa, com análise dos dados numéricos do crescimento (ou não) do trabalho infantil no Brasil durante o século XXI, e a pesquisa será do tipo bibliográfica, com referências do assunto extraídas de livros e internet, com a intenção de atender ao objeto geral do estudo. Do exposto, questiona-se: as legislações brasileiras sobre o tema são suficientes para a integral proteção dos menores de idade no tocante ao trabalho? A resposta é sim, sobretudo porque restou evidente que as ações governamentais e sociais para erradicar (ou, ao menos, reduzir) o trabalho infantil são eficazes e a legislação sobre o tema é abundante.

Palavras-chave: Proteção jurídica, trabalho infantil, ordenamento jurídico brasileiro.



OS LIMITES E POSSIBILIDADES DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS À LUZ DO TEMA 1046 DO STF

Caroline Martins
Luis Felipe do Nascimento Moraes

O presente artigo buscará compreender os direitos trabalhistas e as negociações coletivas, em que serão abordados conceitos de diferentes tipos de negociação coletiva, tais como a convenção coletiva de trabalho e o acordo coletivo de trabalho. Ademais, será abordado o princípio da irrenunciabilidade de direitos trabalhistas e como a reforma trabalhista realizada em 2017 impactou diretamente no referido princípio a tal ponto que foi necessária a fixação do Tema 1046 para tentar esclarecer ainda mais os limites das negociações coletivas de trabalho. Outrossim, a pesquisa demonstrará os limites e possibilidades das negociações coletivas à luz do Tema 1046 do STF, bem como irá expor como a reforma trabalhista e sua influência na fixação do referido Tema, além de expor os limites, interpretações e controvérsias acerca do Tema supracitado. A pesquisa partirá da constatação da ausência de critérios claros para definir quais direitos são considerados indisponíveis, conforme a redação do Tema 1046 do STF. Será adotada uma abordagem qualitativa, que permitirá uma análise aprofundada do objeto de estudo em seu contexto jurídico e social, favorecendo a compreensão de variáveis complexas.

O estudo utilizará a pesquisa bibliográfica, por meio da análise de livros, artigos científicos, periódicos e fontes digitais, com o objetivo de construir um raciocínio fundamentado e coerente sobre o tema. O método de abordagem será o dedutivo, permitindo a formulação de argumentos a partir de princípios gerais até casos particulares. Além disso, a pesquisa será classificada como descritiva e explicativa, buscando identificar as causas e os efeitos relacionados ao fenômeno jurídico examinado, especialmente no que tange às consequências práticas da negociação coletiva sobre direitos trabalhistas. Com isso, a investigação procurará contribuir para o esclarecimento dos limites e possibilidades das negociações coletivas diante do Tema fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, o estudo será também descritivo e explicativo, visando compreender as relações causais e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos jurídicos e sociais envolvidos. A análise evidencia que, para garantir a efetividade das negociações coletivas e preservar a dignidade do trabalhador, é indispensável estabelecer limites objetivos que assegurem proteção jurídica sem inviabilizar a autonomia das partes nas relações laborais.

Palavras-chave: Limites, Negociação Coletiva, Direito do Trabalho.



OS IMPACTOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 NA APOSENTADORIA ESPECIAL

Claudio Dantas Correia Junior
Carlos Alberto Hartwig

Este artigo analisará os impactos da Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019 na aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com foco nas alterações introduzidas em relação ao regime anterior, utilizando pesquisa bibliográfica e método dedutivo. O tema é de extrema relevância, pois a EC nº 103/2019 promoveu transformações significativas no sistema previdenciário brasileiro, afetando diretamente trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas, com impactos jurídicos, sociais e econômicos. A reforma dificulta o acesso à aposentadoria especial, aumentando a vulnerabilidade social dessa parcela da população, e levanta questões sobre o equilíbrio entre sustentabilidade econômica e a proteção de direitos fundamentais. Este estudo contribuirá para o Direito Previdenciário ao analisar essas mudanças, oferecendo reflexões que subsidiem o debate acadêmico e o aprimoramento das normas, em um contexto de desafios concretos para a proteção social. No primeiro momento, esse artigo irá trabalhar com a base doutrinária da aposentadoria especial no RGPS, antes da EC nº 103/2019, será examinada em seu conceito, fundamentos, requisitos, comprovação, cálculo do benefício e a conversão de tempo especial em comum, destacando sua função protetiva aos trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991. Em um segundo momento, este trabalho analisará as principais alterações da EC nº 103/2019 na aposentadoria especial no RGPS, dentre elas a implementação da idade mínima, a nova sistemática de cálculo do benefício e a vedação da conversão de tempo especial em comum, com base na legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis. Por fim, serão exploradas as perspectivas dessas alterações, analisando os impactos da idade mínima, que prolonga a exposição a agentes nocivos, a redução do valor do benefício, que compromete a dignidade do trabalhador, e os aspectos controversos da vedação da conversão, que restringe a flexibilidade previdenciária, com base na doutrina, legislação e jurisprudência, incluindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal nos Temas 942 e 555. A pesquisa utilizará método dedutivo e abordagem bibliográfica, com foco em doutrina e jurisprudência. O estudo constatou que a EC nº 103/2019 restringiu direitos dos trabalhadores expostos a condições nocivas, comprometendo a natureza protetiva da aposentadoria especial.

Palavras-chave: Impactos, emenda, aposentadoria.



DECADÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: UMA ANÁLISE DOS LIMITES IMPOSTOS PELO STF NO RE N. 626.489/SE E ADI 6.096

Fábio Kühl
Carlos Alberto Hartwig

O presente artigo analisará os institutos da prescrição, decadência e prescrição de fundo de direito no âmbito do Direito Previdenciário, destacando a influência do decurso do tempo nas relações jurídicas. Além disso, verificará os limites impostos pelo STF e STJ no que tange à temática. Para tanto, no primeiro tópico se conceituará e diferenciará os institutos da prescrição e decadência, bem como se identificará o termo de início dos prazos prescricionais e decadenciais. Além disso, será efetuada uma breve análise da prescrição de fundo de direito e sua conceituação segundo a doutrina e jurisprudência. Na sequência, será verificada a origem da prescrição e decadência, objetivando averiguar em que momento tais institutos foram introduzidos no Direito Previdenciário. Para mais, o texto examinará a legislação que rege a prescrição e decadência e ainda elencará algumas hipóteses de interrupção e suspensão da prescrição. Em seguida, o RE n. 626.489/SE (Tema de Repercussão Geral 313 do STF) e a ADI 6.096 serão objeto de análise visando identificar os limites impostos pelos STF no que tange a decadência. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e resultados obtidos, destacando-se que a pesquisa empregada é do tipo bibliográfica, com foco na jurisprudência. Ademais, quanto à metodologia, optou-se pela abordagem com método dedutivo. A conclusão do estudo indicará que o STF autorizou a decadência de benefícios previdenciários exclusivamente no que tange à revisão, limitando sua incidência em outros casos.

Palavras-chave: Prescrição, Decadência, Direito Previdenciário.



TEMA 725 DO STF: DESDOBRAMENTOS E IMPLICAÇÕES DE SUA EXPANSÃO INTERPRETATIVA, INCLUSIVE NO TEMA 1389 DO STF

Gabriel Felipe Murara
Luiz Felipe do Nascimento Moraes

Nos anos recentes, o cenário profissional brasileiro tem testemunhado mudanças notáveis, estimuladas pela busca por mais maleabilidade nas dinâmicas de trabalho. Nesse panorama, sobressaem-se a terceirização e a pejetização. Ambas podem ser vistas pelos empregadores como formas de reduzir custos e otimizar a produção, as duas provocam discussões com relação à instabilidade no emprego e a seguridade dos direitos trabalhistas. Por muito tempo, a terceirização era restringida no Brasil, mas, após por alterações importantes no sistema jurídico, especialmente com a reforma trabalhista de 2017, onde foi normatizada a terceirização na atividade-fim. A pejetização por outro lado, não tendo regulamentação direta, se tornou uma prática comum no mercado, sendo caracterizada pela contratação de pessoas físicas como empresas, com o intuito de mascarar vínculos empregatícios. É de grande importância examinar essas estratégias, principalmente nas consequências para proteger os direitos dos trabalhadores, na sustentabilidade do INSS e na configuração das relações de emprego. Assim, esta pesquisa busca investigar os aspectos legal, financeiro e comunitário da terceirização e da “pejetização” no Brasil, investigando seus efeitos sobre os trabalhadores, as empresas e a sociedade, bem como suas similaridades e diferenças. Além disso, visa verificar a aplicação do tema 725 do STF nos casos de “pejetização” e terceirização, bem como a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu todos os processos judiciais sobre “pejetização” no Brasil, estabelecendo o Tema 1389, analisando as possíveis implicações da resolução para a sociedade e como isso pode afetar permanentemente o Judiciário Trabalhista e as relações de emprego, especialmente para os trabalhadores. Dessa forma, com a pesquisa, resultou na observação de que tema 725 do STF, que inicialmente foi desenvolvido tratando apenas de terceirizações, mas que vem sendo utilizado em processos que versam sobre a pejetização, o que levou recentemente a decisão do STF na criação do Tema 1389 para rediscutir e rever tópicos que podem ser considerados controversos. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, sendo o principal procedimento a pesquisa bibliográfica. Tendo sido analisadas em suma, jurisprudências, doutrinas, notas técnicas, e súmulas.

Palavras-chave: Pejetização, terceirização, STF.



UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO NO JUIZADO ESPECIAL

Guilherme Dias do Nascimento
Carlos Alberto Hartwig

Os Tribunais de Pequenas Causas surgiram para facilitar o acesso à justiça, especialmente em situações em que os conflitos são mais simples e não exigem processos complexos. Embora esses tribunais tenham suas próprias regras para agilizar os julgamentos, eles não funcionam completamente afastados do Código de Processo Civil (CPC). Na verdade, há uma interação importante entre essas normas, que garante que as decisões sejam coerentes e eficazes. Por isso, entender como esses tribunais atuam no dia a dia é fundamental, já que eles valorizam a comunicação direta, a informalidade e a rapidez, sempre buscando a conciliação entre as partes. Criados pela Lei nº 9.099/1995, os Juizados Especiais foram pensados para tornar o acesso à justiça mais rápido e menos custoso, especialmente para quem enfrenta dificuldades econômicas. Essa simplificação, entretanto, traz debates sobre quais recursos podem ser usados nesse sistema. Por exemplo, o chamado “recurso inominado” é muito usado na prática, mas não tem uma definição oficial na lei, e ainda há controvérsia sobre o uso do recurso adesivo nesses processos. Nesta parte, vamos analisar os recursos previstos para os Juizados Especiais, suas limitações e o que pensam autores como Rocha e Dinis, além de discutir diferentes decisões judiciais sobre o recurso adesivo e outros recursos, como o agravo de instrumento. Apesar de já existir um sistema recursal bastante estruturado no Brasil, ainda há dúvidas sobre o recurso adesivo, principalmente quando aplicado em sistemas como os Juizados Especiais. Embora previsto no CPC, seu uso nesses juizados não está claro. Por isso, este texto busca entender o que é esse recurso, quando ele pode ser usado e se ele realmente cabe nos Juizados Especiais, mesmo sem previsão na Lei nº 9.099/1995. Para isso, serão trazidos conceitos de especialistas, decisões dos tribunais e propostas recentes de mudanças na lei que tentam esclarecer essa questão e garantir mais segurança para quem está envolvido nessas causas. Apresente pesquisa obtém uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, assim o procedimento principal é a pesquisa bibliográfica, será analisado artigos, jurisprudência e projetos de lei.

Palavras-chave: Recurso adesivo, juizado especial, cabimento.



A RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA EM FACE DO RECONHECIMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT

Guilherme Prá de Vincenzi
Carlos Alberto Hartwig

A análise da responsabilidade civil no contexto da Síndrome de Burnout merece ser retomada e aprofundada em virtude de sua crescente relevância jurídica e social. O ambiente de trabalho contemporâneo, marcado por dinâmicas cada vez mais competitivas e exigentes, tem contribuído significativamente para o adoecimento psíquico dos trabalhadores, com a Síndrome de Burnout destacando-se como um problema crescente. Essa síndrome é caracterizada pelo esgotamento físico e emocional resultante de jornadas exaustivas, pressão constante por produtividade e a ausência de medidas adequadas de proteção à saúde mental no ambiente corporativo. A necessidade de aprofundar essa análise é acentuada pelo reconhecimento oficial da Síndrome de Burnout pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a incluiu na Classificação Internacional de Doenças (CID-11 QD85) a partir de 1º de janeiro de 2022. Ela é definida como uma “síndrome resultante do stress crônico do local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso”. Quando o perito do INSS reconhece a incidência da síndrome no trabalhador, ela se classifica como acidente de trabalho, conferindo ao empregado direitos como o afastamento das atividades, percepção de prestações devidas e estabilidade de no mínimo doze meses após a cessação do auxílio-doença, conforme o artigo 118 da Lei nº 8.213/91. A complexidade inerente à comprovação do nexo de causalidade entre as condições de trabalho e o desenvolvimento da Síndrome de Burnout é um dos principais motivadores para a pesquisa. As nuances psicossociais envolvidas e a subjetividade de alguns sintomas exigem uma análise jurídica sensível e bem fundamentada. Embora a responsabilidade do governo para a concessão de benefícios previdenciários seja objetiva (teoria do risco social), a responsabilidade civil adicional do empregador é, via de regra, subjetiva, demandando a demonstração de culpa ou dolo para a indenização de danos morais e patrimoniais que não são reparados pela mera implantação de um benefício previdenciário. A pesquisa se justifica, ainda, pelas recentes discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema e pelos avanços normativos no Brasil. A NR-1 passou a incluir expressamente os fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), conforme Portaria MTE nº 1.419/2024. Isso impõe às organizações o dever de avaliar e controlar todos os perigos e riscos existentes, incluindo os decorrentes de fatores psicossociais como sobrecarga de trabalho e assédio, integrando-os ao inventário de riscos. Esta mudança normativa reforça a necessidade de revisitar e aprofundar a compreensão sobre as obrigações das empresas na manutenção de um ambiente laboral adequado e as consequências jurídicas decorrentes da negligência ou inobservância de tais deveres. A fundamentação para a proteção do trabalhador com Síndrome de Burnout reside nos direitos sociais e fundamentais que a legislação trabalhista, com a CLT em sua base, buscou consolidar e proteger. A Constituição Federal, ao reconhecer a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, bem como garantir o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança, estabelece o dever do empregador de manter um ambiente de trabalho saudável e seguro. A caracterização da Síndrome de Burnout frequentemente aponta para a culpa do empregador por não cumprir esse dever fundamental, especialmente quando condutas como pressão excessiva, cobranças abusivas, acúmulo de funções, sobrecarga de trabalho e jornadas exaustivas levam ao adoecimento mental. O estudo da jurisprudência mostra que os tribunais brasileiros têm reconhecido a responsabilidade civil das empresas pelo adoecimento mental dos empregados, como no caso da Síndrome de Burnout. No entanto, a comprovação do nexo de causalidade permanece um aspecto crucial e desafiador. A perícia médica judicial é a principal ferramenta probatória utilizada para estabelecer a relação entre a doença psicológica e o ambiente de trabalho, embora o juiz não esteja estritamente vinculado à sua conclusão. Além da perícia, depoimentos das partes e oitiva de testemunhas que presenciaram as condições de trabalho desempenham um papel importante para elucidar os fatos e complementar a prova técnica. Um ponto relevante na análise judicial é a



aplicação do conceito de concausalidade, onde o trabalho é um dos fatores que contribuem para o surgimento ou agravamento da doença, mesmo que não seja a causa exclusiva. Pesquisas e decisões demonstram que, mesmo em casos de concausalidade, a responsabilidade do empregador pode ser estabelecida. Isso reflete a preocupação dos julgadores em proteger o empregado, considerado a parte mais vulnerável da relação de trabalho, e assegurar que as empresas arquem com as consequências das doenças ocasionadas por excesso de atividade e condições laborais inadequadas. Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a analisar a responsabilidade civil da empresa frente ao reconhecimento da Síndrome de Burnout. Ela busca contribuir para o debate acadêmico e para a prática jurídica, oferecendo subsídios para uma interpretação mais justa e eficaz das normas que regem a saúde e a segurança no ambiente de trabalho. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. Espera-se que o estudo fomente reflexões sobre a importância da prevenção de doenças ocupacionais e contribua para a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, reforçando a responsabilidade das empresas quanto à saúde integral de seus trabalhadores e, por fim, garantindo a proteção da saúde e do bem-estar de quem se dedica ao trabalho diante das pressões contemporâneas. Espera-se, com esta pesquisa, fomentar reflexões sobre a importância da prevenção de doenças ocupacionais e contribuir para a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, reforçando a responsabilidade das empresas quanto à saúde integral dos seus trabalhadores.

Palavras-Chave: Burnout, Responsabilidade civil, Saúde.



UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS NO BRASIL E SEUS MÉTODOS

Julia Doin Rohrbacher
Katja Elizabeth Fuxreiter

Este artigo tem como objetivo abordar o sistema de justiça multiportas no Brasil, sua origem, evolução, conceito, métodos que o integram e até eficácia na redução da judicialização de conflitos, por meio de um estudo que se inicia com a apresentação do próprio sistema e de conceitos fundamentais para sua compreensão, como problema jurídico, conflito, justiça e portas de acesso à justiça. Sob este viés, busca-se apresentar o sistema de justiça multiportas como um modelo que possibilita a solução de conflitos de forma mais adequada, por meio da utilização de diferentes métodos, que ultrapassam a esfera da jurisdição estatal tradicional e são capazes de proporcionar soluções mais compatíveis com as particularidades de cada caso. Na sequência, será apresentado o contexto histórico que levou à criação e desenvolvimento do sistema, com destaque para a experiência internacional e para a forma como esse modelo foi incorporado e adaptado ao ordenamento jurídico brasileiro. Ato contínuo, serão analisados os principais métodos inseridos no sistema de justiça multiportas, tais como a conciliação, mediação, negociação, arbitragem, *dispute board* e o próprio Poder Judiciário, demonstrando a adequação dos referidos métodos conforme o tipo de conflito apresentado. Por conseguinte, o estudo objetiva demonstrar que, embora o acesso ao Poder Judiciário continue sendo uma via legítima, outras formas de tratamento de conflitos merecem destaque, especialmente por sua capacidade de promover soluções mais adequadas e, por isso, satisfatórias de acordo com o caso concreto. Por fim, este trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada na doutrina, em artigos científicos e na legislação aplicável, buscando contribuir para a compreensão do sistema de justiça multiportas como mecanismo capaz de auxiliar na efetivação do acesso à justiça, bem como para demonstrar seu impacto na redução da judicialização no Brasil. Espera-se que esse artigo contribua para que os cidadãos brasileiros, ligados ou não à área jurídica, envolvidos ou não em conflitos, não só conheçam os diversos métodos de solução como, deles tendo ciência, tenham mais subsídios para optarem pelo que mais se adequa à solução dos casos concretos.

Palavras-chave: Justiça multiportas, *dispute board*, métodos de solução de conflitos.



SÍNDROME DO *BURNOUT* E O SEU BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE ACIDENTÁRIA

Julia da Silveira
Cloves Fernandes Barbosa

O transtorno de estresse laboral crônico, identificado como síndrome de *burnout*, também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, é uma condição de cunho psicológico, causada pelo estresse excessivo e prolongado no ambiente de trabalho, sendo apresentada como um estado de esgotamento físico e mental, com causa diretamente ligada à vida profissional do trabalhador. Nos últimos anos, esse transtorno tem sido cada vez mais discutido no ordenamento jurídico, especialmente nas relações trabalhistas que envolvem o benefício por incapacidade acidentária, concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos trabalhadores afastados devido a atividades laborais. Longas jornadas de trabalho, intensificação das exigências, constante pressão para entrega de todas as demandas solicitadas e a carência de um ambiente laboral adequado para o encargo das funções estabelecidas, têm contribuído para o aumento dos casos de adoecimento nos trabalhadores e a síndrome de *burnout* tem sido uma das principais consequências. Diante desse cenário, o presente estudo analisará a síndrome de *burnout* e sua relação com o benefício por incapacidade acidentária quando comprovada a relação no âmbito trabalhista, considerando sua relevância no ambiente laboral e as implicações jurídicas decorrentes do seu reconhecimento como doença ocupacional. A problemática que norteará a estruturação dessa pesquisa consiste em compreender como a legislação brasileira, as decisões judiciais e as práticas empresariais lidam com o *burnout* enquanto doença ocupacional, e de que forma isso impacta no acesso ao benefício por incapacidade acidentária. Analisar quais são os mecanismos existentes, as formas de concessão do benefício e as barreiras ainda enfrentadas no reconhecimento da síndrome em face dos trabalhadores. Neste contexto, o presente estudo tem como três principais objetivos: analisar as garantias trabalhistas voltadas à proteção da saúde do trabalhador, com foco em como essas proteções são aplicadas diante do diagnóstico da síndrome de *burnout*, seu contexto jurídico e definição como acidente de trabalho, bem como as obrigações, responsabilidades e medidas preventivas das empresas, e o papel do Estado e da fiscalização perante a constatação da síndrome. O estudo ainda se propõe a conceituar a síndrome de *burnout* e suas características no âmbito trabalhista, investigar o enquadramento como doença e um fenômeno profissional, analisando as legislações vigentes, as normativas do Ministério da Saúde e da Previdência Social. Esse enquadramento tem implicações diretas na concessão de direitos e benefícios ao trabalhador, inclusive no que se refere ao recebimento de auxílio-doença acidentário e à estabilidade provisória no emprego. Por fim, será abordado o direito à concessão de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ainda será analisado a concessão do auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez e sua diferenciação, destacando os critérios legais para o reconhecimento donexo causal entre a doença e a atividade laboral, bem como os procedimentos administrativos das empresas com foco para comunicação do acidente de trabalho (CAT). Justifica-se na necessidade de promover uma reflexão em relação à proteção da saúde do trabalhador e entender como nosso ordenamento jurídico, bem como as empresas estão lidando com essa problemática e quais as medidas alternativas para minimização desse problema na sociedade trabalhista. Embora no mundo atual em que vivemos haja avanços no reconhecimento do *burnout*, esse tema ainda é considerado como “clichê” por muitos. Existem diversos entraves práticos que dificultam o acesso dos trabalhadores aos seus benefícios e trazer essa abordagem jurídica e social visa contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e empresariais voltadas a prevenção dos empregados, ao diagnóstico precoce, o tratamento e a busca pelos benefícios. Com isso, espera-se contribuir para o aprimoramento das políticas de saúde mental no trabalho e a efetivação dos direitos dos trabalhadores em relação à concessão do benefício previdenciário. Explorar suas causas e efeitos no ambiente laboral, facilitando assim o entendimento de todos. O objetivo final deste estudo será demonstrar que o *burnout* é uma doença ocupacional e seu diagnóstico pode levar à concessão do benefício por incapacidade acidentária. Essa estrutura facilitará uma análise abrangente na perspectiva das relações trabalhistas e da concessão de benefícios junto à sociedade.



Esse tema se manifesta em várias frentes, como a saúde pública, qualidade de vida, produtividade, responsabilidade das empresas e a proteção dos direitos trabalhistas, dentre outros aspectos. Essa importância vai além de um empregado afastado pelo *burnout*, mas também é uma questão central que envolve a sociedade na sua totalidade, identificando os amigos com as características, motivando mudanças no ambiente laboral e facilitando o surgimento de uma cultura de cuidados e apoio social. Será abordado o tipo dedutivo que traz uma linha de raciocínio na pesquisa, uma vez que nos permite construir uma fundamentação lógica do tema, partindo sobre a conexão do *burnout* com as relações trabalhistas até a sua aplicação na lei e como o sistema a interpreta na sociedade atual, para se chegar a conclusões consistentes. A pesquisa bibliográfica é a principal fonte de embasamento teórico, fundamentando-se em materiais como livros referentes a contextos históricos, saúde ocupacional, direito do trabalho, legislação previdenciária, artigos científicos que trazem análises sobre a síndrome e sua relação com o trabalho. Embora haja avanços, ainda existem barreiras que dificultam o acesso ao benefício e grande relutância por parte das empresas. Sendo assim, a abordagem jurídica e social precisa ser fortalecida, a fim de garantir maior proteção à saúde mental e aos direitos concedidos aos trabalhadores regidos por lei.

Palavras-chave: Burnout, doença, previdenciário.



A DEFINIÇÃO DE “USO E CONSUMO” PARA FORMAÇÃO DE CRÉDITO DO ICMS E A SUA OCORRÊNCIA PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

Kevin Augusto dos Santos
Daniel de Oliveira

A definição de bens de “uso e consumo” para fins de creditamento do ICMS é um dos temas mais recorrentes e controversos do Direito Tributário brasileiro. Essa classificação interfere diretamente na sistemática da não cumulatividade, com impacto direto ao crédito fiscal e, por consequência, a carga tributária das empresas. A ausência de critérios objetivos para sua delimitação tem gerado insegurança jurídica, controvérsias doutrinárias e ampla litigiosidade. O cenário se torna ainda mais complexo com a recente reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que prevê a substituição do ICMS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A nova configuração exige a reinterpretação de conceitos consolidados e suscita dúvidas sobre o aproveitamento de créditos no regime reformado. Neste contexto, revisitar o tema torna-se indispensável para compreender seus reflexos na tributação atual e futura. A escolha do tema justifica-se pela relevância prática e teórica da discussão, além do impacto que a transição para o novo modelo tributário terá sobre o regime de créditos. O conceito de “uso e consumo” permanece central tanto na aplicação do ICMS quanto na estrutura do IBS, o que torna imprescindível o estudo das regras atuais e das mudanças em curso para garantir segurança jurídica e eficiência fiscal. Este trabalho iniciará pela retomada da trajetória histórica do ICMS e da estrutura normativa que o sustenta, com foco na previsão constitucional do imposto e nos princípios que o regem, como a anterioridade, a seletividade e a não cumulatividade. A compreensão dessas bases jurídicas é fundamental para delimitar o funcionamento do crédito tributário dentro do modelo atual. Na sequência, será analisada a edificação da base de cálculo do ICMS, a partir das diferentes hipóteses de incidência, dos critérios legais que definem sua composição e dos valores excluídos. Também será abordada a definição atual de bens de uso e consumo e as limitações ao aproveitamento de créditos decorrentes de restrições normativas e práticas reiteradas de postergação legislativa. Por fim, será examinada a nova sistemática introduzida pela reforma tributária, com ênfase na tributação sobre a circulação de mercadorias, no regime do IBS e na substituição do crédito físico pelo crédito financeiro. Serão discutidas as implicações do novo conceito de “uso e consumo pessoal” e os possíveis desdobramentos sobre a dedutibilidade de despesas empresariais no futuro sistema. A metodologia adotada será de natureza bibliográfica, com base na análise de doutrinas, artigos acadêmicos, legislações e jurisprudências relacionadas ao ICMS, à sua base de cálculo e ao conceito de uso e consumo. A abordagem será qualitativa, orientada pelo método dedutivo, que utilizará premissas gerais do sistema tributário para a compreensão crítica das regras atuais e das suas transformações pela reforma. Parte-se da seguinte problemática: de que forma a definição de “uso e consumo” interfere na formação do crédito do ICMS e como essa lógica será impactada pela reforma tributária? Considera-se que essa definição é central no regime da não cumulatividade e, mesmo no novo modelo, continuará a exigir delimitação legislativa precisa e interpretação jurisprudencial cuidadosa.

Palavras-chave: ICMS, uso, consumo



PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: E-COMMERCE APÓS A PANDEMIA NO BRASIL

Lucas Voss Manarin
Renata Egert

A pandemia do COVID-19 mudou consideravelmente o padrão de consumo dos brasileiros, promovendo um movimento para compra *online* como nunca se havia visto. A interdição momentânea dos estabelecimentos comerciais e as barreiras sociais, tendo em consideração a pandemia, obrigaram os consumidores a alterarem os seus costumes de modo a incrementar o número de compras *online* de forma significativa. Com esse aumento significativo, passa-se a colocar mais atenção na defesa do consumidor em ambiente digital. A expansão acelerada do *e-commerce* trouxe novos problemas, tais como: fraudes, entregas em prazo não cumprido, produtos de qualidade insatisfatória e dificuldades no reembolso de produtos. A legislação já disponível hoje, mas em primeiro lugar o Código de Proteção do Consumidor (CPC), compareceu em apressada forma a permitir a defesa dos direitos da parte dos consumidores neste espaço. A razão para ter um cuidado forte na defesa do comprador no *e-commerce* após a pandemia está na necessidade de ter um lugar de compras seguro e de confiança. A confiança dos que compram é chave para seguir com o aumento do mercado digital. Quem fornece *e-commerce* tem que dar clareza, segurança nas transações, e um atendimento ao cliente bom para cumprir com o que os compradores esperam e pedem. Outro aspecto relevante diz respeito à realização de ações que têm como objetivo informar, educar e empoderar os consumidores em relação a seus direitos e deveres. Isso inclui educar os clientes sobre seu direito a informações precisas, o direito de devolução e o direito à privacidade e segurança de dados. Educar os clientes dessa maneira é um esforço contínuo no qual os órgãos reguladores e as associações de proteção ao consumidor têm um lugar muito especial. Em suma, a proteção do consumidor no *e-commerce pós-pandemia no Brasil apresenta-se como uma questão de grande relevo. O desenvolvimento sustentável do mercado digital está condicionado pela confiança e pela certeza que os consumidores possuem ao adquirirem bens e serviços pela internet. A efetivação da proteção ao consumidor, moderna ou tradicional, desenvolvimento de novas e maneiras isoladas de vendas, se tornará uma necessidade no futuro para garantir um ambiente consumidor saudável e equilibrado. A pandemia da COVID-19 trouxe mudanças profundas em muitas áreas da sociedade, uma das quais é o comércio eletrônico. As mídias sociais e o distanciamento social tornaram as compras online um lugar mais seguro e conveniente para os compradores. Essa situação não é diferente no Brasil. Com o rápido crescimento dos registros do comércio eletrônico, é necessário prestar mais atenção à proteção do cliente no ambiente digital. Nesta situação, a proteção do consumidor online torna-se uma questão relevante. A mudança para o comércio eletrônico apresentou muitos desafios relacionados com a transparência, a segurança das transações, a proteção de dados pessoais, as políticas de devolução e o serviço ao cliente. Por meio do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Marco Civil da Internet, a legislação brasileira estabelece medidas para proteger os consumidores no ambiente online. No entanto, o ritmo acelerado do comércio eletrônico e o surgimento de novas condições de mercado exigem uma atualização e melhoria constantes destas normas. As questões de pesquisa deste artigo inserem-se no contexto de uma análise crítica e reflexiva da proteção do consumidor no comércio eletrônico brasileiro pós-epidemia. O objetivo é aprofundar as principais vulnerabilidades que os consumidores enfrentam neste novo ambiente. Com isso, busca-se contribuir para a criação de um comércio eletrônico mais seguro e transparente, que atenda às necessidades e aos direitos dos consumidores brasileiros. A forma de pesquisa usada é bibliográfica, com um olhar qualitativo e um método dedutivo, baseada em livros, artigos de estudo e leis importantes. Os resultados mostram que houve progressos nas leis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas também mostram que falta colocar esses direitos em prática, principalmente no que se refere à clareza das plataformas digitais e à fragilidade do consumidor em relação ao uso de seus dados. A conclusão é que, mesmo com leis em vigor, ainda é preciso melhorar as políticas públicas e reforçar a fiscalização para assegurar que o consumidor seja realmente protegido na era digital.*

Palavras-chaves: E-commerce, consumidor, proteção.



INSEMINAÇÃO CASEIRA E LESBOPARENTALIDADE: OS LIMITES DOS ATOS NORMATIVOS DO CNJ FRENTE AO LIVRE PLANEJAMENTO FAMILIAR

Maria Eduarda dos Reis
Denis Fernando Radun

O conceito de lesboparentalidade busca dar visibilidade à realidade de casais de lésbicas e suas relações com os filhos e suas famílias. Segundo Anna Amorim (2018), a maternidade nesse contexto é construída a partir da existência de duas mães, caracterizando um projeto parental conjunto entre mulheres lésbicas cisgêneras.¹ Utilizar o termo politicamente ajuda a destacar as diversas formas de filiação e as dinâmicas familiares que desafiam normas heteronormativas, reforçando a visibilidade e legitimidade dessas estruturas familiares. Este trabalho tem como objetivo estudar projetos de parentalidade lésbica entre mulheres cisgêneras que recorrem à inseminação caseira para constituir família. Embora essa prática também seja adotada por casais heterossexuais cisgêneros ou por casais que incluem pessoas transgêneras. Na inseminação caseira, o material seminal doado por doador não anônimo é inserido diretamente na vagina ou útero com o uso de uma seringa. Essa prática, organizada de forma independente, envolve a conexão entre “tentantes” e doadores em ambientes virtuais, especialmente em redes sociais e grupos de mensagens. A inseminação caseira não é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) nem contemplada no Provimento nº 149/2023 do CNJ, que estabelece a obrigatoriedade de uma declaração médica, emitida por uma clínica de reprodução humana, para comprovar a concepção por reprodução assistida heteróloga e permitir o registro civil da criança. Como esse procedimento é realizado de forma independente, sem supervisão médica, torna-se impossível apresentar a documentação exigida, dificultando o reconhecimento da dupla maternidade. O trabalho organiza-se em eixos temáticos que examinam a prática da inseminação caseira por casais lésbicos sob múltiplas perspectivas. Parte-se de uma análise dos novos arranjos familiares no contexto do livre planejamento reprodutivo, percorrendo sobre a dimensão histórica do conceito de família. Ainda, a pesquisa dedica-se ao exame do desenvolvimento do conceito de filiação no ordenamento jurídico brasileiro. Evidencia-se como as técnicas de reprodução assistida e a doação gamética reconfiguram as estruturas familiares contemporâneas, desafiando os paradigmas tradicionais de parentesco e essas práticas demonstram que a formação de uma família não se restringe a vínculos genéticos, destacando que o desejo de parentalidade transcende barreiras biológicas como ocorre no caso da inseminação caseira. Ainda na primeira parte, analisam-se os princípios norteadores do Direito das Famílias, com especial ênfase em sua função protetiva dos direitos individuais e promoção de relações equitativas. Destaca-se o princípio do livre planejamento familiar como eixo central para a tutela das famílias lesboparentais, consagrado tanto como direito fundamental constitucional quanto como direito personalíssimo. Nesta perspectiva, qualquer restrição indevida a esse direito configura violação à dignidade humana e à autonomia privada dos indivíduos em sua busca pela realização do projeto parental. O segundo tópico deste trabalho dedica-se à análise do método de inseminação artificial caseira como alternativa viável para a realização do projeto parental de casais lésbicos. Aborda-se, inicialmente, a autonomia reprodutiva enquanto direito fundamental, enfatizando o poder de decisão da mulher lésbica sobre seu corpo e sua reprodução, no contexto das tecnologias de reprodução assistida (TRAs). Discute-se, ainda, os elevados custos associados aos procedimentos em clínicas de reprodução assistida, como a fertilização in vitro (FIV) e a inseminação artificial, que muitas vezes tornam essas técnicas inacessíveis para grande parte da população. Diante dessa realidade, examina-se como a inseminação caseira tem se consolidado como uma opção economicamente acessível, permitindo que casais lésbicos exerçam seu direito à parentalidade de forma autônoma e menos onerosa. Além da análise econômica e da autonomia reprodutiva, este capítulo investiga os aspectos práticos e éticos envolvidos na doação de material genético, examinando as dinâmicas estabelecidas entre doadores e receptoras (“tentantes”). Discute-

1 O corpus da pesquisa de Anna Carolina Horstmann Amorim trata de mulheres cisgêneras, ou seja, a pessoa que se identifica com o gênero assignado em seu nascimento, diferindo das pessoas trans (que não se identificam com o gênero assignado no nascimento), daquelas que se identificam.



se como essas relações são mediadas por acordos informais, redes de apoio ou plataformas digitais, bem como os potenciais conflitos éticos e emocionais decorrentes dessa prática. Adicionalmente, o estudo compara a utilização da inseminação caseira por casais heterossexuais e lésbicos, destacando as particularidades de cada contexto. Por fim, examina-se os desafios enfrentados por famílias lésbicas no reconhecimento jurídico da dupla maternidade perante os cartórios de registro civil. Embora o Provimento nº 149/2023 do CNJ tenha representado significativo progresso na garantia de direitos, persiste a exigência de via judicial para o registro de crianças concebidas mediante inseminação caseira, revelando uma lacuna na proteção integral dessas famílias. Neste contexto, destaca-se o precedente jurisprudencial estabelecido pela Ministra Nancy Andrichi, em julgamento paradigmático do Recurso Especial que reconheceu a dupla maternidade em caso de inseminação caseira. Ao longo do trabalho, objetiva-se analisar criticamente a prática da inseminação caseira por casais lésbicos, destacando as barreiras que dificultam o pleno exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. A pesquisa não tem como objetivo propor respostas conclusivas para os desafios enfrentados por essas famílias, mas visa questionar as barreiras que limitam o acesso a direitos reprodutivos, destacar as particularidades dessa forma de organização familiar e desnaturalizar os processos que invisibilizam grupos em razão de gênero e orientação sexual. Com essa perspectiva, busca-se estimular discussões críticas sobre a urgência de ampliar o reconhecimento jurídico e social das famílias homoafetivas constituídas por meio de métodos alternativos de reprodução. Quanto à metodologia, adota-se uma abordagem dedutiva, com procedimentos baseados em análise bibliográfica e documental relacionada ao tema. Os dados obtidos serão interpretados por meio de uma análise qualitativa, priorizando a profundidade e a contextualização das discussões.

Palavras-chave: Inseminação caseira; Lesboparentalidade; Livre planejamento familiar



ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA NEGATIVA DE ACESSO AO ACERVO HEREDITÁRIO LEGÍTIMO À PESSOA GERADA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM NO BRASIL

Maria Eduarda Kopsch
Denis Fernando Radun

Esse trabalho possui como temática a análise da constitucionalidade da negativa de acesso ao acervo hereditário legítimo à pessoa gerada por inseminação artificial homóloga *post mortem* no Brasil. Percebe-se, inicialmente, que a Constituição Federal estabelece que não pode haver distinção entre filhos concebidos dentro ou fora do casamento, assim como entre filhos naturais e adotivos. Ou seja, nem o legislador nem quem aplica a lei podem valer-se de critérios diferentes para tratar essas situações jurídicas. No entanto, o Código Civil determina que podem herdar pessoas que tenham nascido ou já estejam concebidas no momento da abertura da sucessão. No caso de inseminação artificial homóloga feita após a morte do pai, situação em que o embrião ainda não foi concebido no momento anterior ao falecimento, a legislação entende que não se trataria de pessoa considerada herdeira legítima. Com esse entendimento, o filho póstumo só terá direito à herança se houver um testamento que o habilite a recebê-la, por meio de sucessão testamentária. Tem-se, assim, uma grande lacuna jurídica, uma vez que os entendimentos doutrinários também divergem sobre o tema, gerando dúvidas para quem, eventualmente, decida usar esse método de reprodução, considerando ser de suma importância que a legislação se molde também aos avanços realizados pela sociedade. Ao buscar entender a vocação hereditária dentro do Código Civil, o texto abordará o processo de sucessão e os princípios que orientam a transmissão de bens após a morte. Será discutido o conceito e a regulamentação da vocação hereditária, destacando-se as principais teorias de início da personalidade jurídica, bem como as diferentes formas de sucessão, quais são: a legítima, que acontece conforme a ordem prevista na lei, e a testamentária, que depende da vontade expressa do falecido. Além disso, abordar-se-á quais são os requisitos para alguém ser considerado herdeiro e os princípios constitucionais basilares do direito sucessório na reprodução assistida *post mortem*. Buscar-se-á, ainda, analisar o estado de filiação no direito brasileiro. Nesse contexto, a filiação pode se dar de forma biológica, socioafetiva ou por meio de reprodução assistida. Cabe frisar que, em todas as suas formas, a legislação garante que os direitos entre filhos sejam iguais. Ademais, será abordada a regulamentação da reprodução assistida homóloga feita após a morte sobre o viés das normas éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, bem como se o surgimento de herdeiro após o falecimento do indivíduo é caso de rompimento da disposição de última vontade. Será demonstrado também os aspectos jurídicos que envolvem a ilegitimidade sucessória legítima, especialmente à luz do princípio da igualdade entre os filhos e sobre a ótica das disposições trazidas pelo Projeto de Lei nº 4 de 2025, que dispõe de dispositivos complementares ao tema. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. A referida abordagem permite o conhecimento do estado da arte do objeto em estudo e avançar no conhecimento e interpretação da realidade. A pesquisa será do tipo bibliográfica, onde serão analisadas as referências a respeito do assunto em livros, jornais, revistas e internet e outros meios de comunicação pertinentes. A pesquisa será explicativa pois pretende mostrar as relações causais entre as variáveis.

Palavras-chave: Inseminação artificial homóloga, sucessão legítima, post mortem.



A POSSIBILIDADE DA EXCLUSÃO DO ISS DAS BASES DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (TEMA 118/STF), À LUZ DO TEMA 69/STF

Nícolas Sikorski Mengarda
Daniel de Oliveira

A discussão sobre a possibilidade de exclusão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) da base de cálculo das contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é de grande relevância no cenário jurídico-tributário brasileiro, especialmente após a controvérsia ser afetada pelo Tema 118 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal. A controvérsia gira em torno da interpretação do conceito de receita ou faturamento para fins de apuração das referidas contribuições, tendo em vista que em algumas interpretações o valor do ISS não representa, de fato, uma riqueza incorporada ao patrimônio do contribuinte, mas sim um repasse compulsório do imposto ao ente federado competente. O julgamento do Tema 118 pelo STF encontra-se suspenso em razão de pedido de destaque apresentado pelo Ministro Luiz Fux. Originalmente iniciado no Plenário Virtual em 2020, o julgamento foi interrompido quando o placar estava empatado em 4 a 4. Com a retomada do caso em sessão presencial em 28 de agosto de 2024, novos votos foram proferidos, mantendo o equilíbrio entre os entendimentos divergentes. O Ministro André Mendonça votou favoravelmente aos contribuintes, reconhecendo que o ISS não possui natureza de faturamento ou receita e, portanto, não deve compor a base de cálculo das contribuições. Já os Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes proferiram entendimento de que o imposto municipal deve permanecer na base de cálculo. Com isso, considerando os votos já registrados e a necessidade de reiteração dos votos anteriormente proferidos no Plenário Virtual, o julgamento está momentaneamente empatado em 5 a 5, pendente de definição pelo voto do Ministro Luiz Fux, cuja posição histórica em matéria semelhante (Tema 69) indica uma possível decisão favorável aos contribuintes. Diante de todo este contexto, cumpre inicialmente apresentar a regra matriz das contribuições PIS e COFINS, explicitando suas hipóteses de incidência, consequente normativo e as limitações ao poder de tributar do estado. Por conseguinte, trar-se-á à tona o conceito de faturamento e receita, na ótica da doutrina e da legislação, objetivando compreender qual a definição e o que está efetivamente incluído/excluído da base de cálculo de referidas contribuições. Na sequência, será exposto como se encaminhou o julgamento do Tema 69/STF, e em seguida será apresentado um comparativo entre o Tema 118/STF e o Tema 69/STF, estabelecendo um paralelo entre as teses de ambos os temas. Por fim, explicita-se que o presente trabalho utiliza a metodologia do tipo bibliográfica com fundamento em legislação específica, doutrina e artigos científicos, expectando contribuir para que as pessoas percebam a similaridade entre as teses do Tema 118/STF e do já julgado Tema 69/STF, e a partir daí formarem suas opiniões sobre como o STF deveria se comportar no julgamento do Tema 118/STF. A análise deste artigo verificou que existe a similaridade entre as teses do Tema 118/STF e do já julgado Tema 69/STF, possibilitando, a depender do resultado final das votações do plenário do STF, a aplicabilidade da tese que possibilita a exclusão do ISS das bases de cálculo do PIS e COFINS, sob o mesmo prisma da que foi aplicada quando do julgamento do Tema 69/STF.

Palavras-chave: Exclusão, PIS, COFINS.



SALVANDO O SALVA-VIDAS: APONTAMENTOS À CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

Patricia Alves
Waldemar Moreno Junior

O Ministério Público exerce papel fundamental na preservação do Estado Democrático de Direito, com atribuições que ultrapassam a esfera penal e alcançam áreas como a proteção de serviços públicos, defesa de populações vulneráveis e promoção dos interesses difusos e coletivos. Essa atuação multifuncional revela seu protagonismo institucional e justifica a ampliação de suas prerrogativas ao longo das últimas décadas. A Constituição de 1988 foi marco decisivo para esse fortalecimento, conferindo ao *Parquet* autonomia funcional e administrativa e consolidando sua missão como defensor da ordem jurídica e dos direitos fundamentais. Apesar disso, o exercício direto da investigação criminal pelo Ministério Público sempre foi cercado de debates. Tradicionalmente, a apuração de crimes era reservada à autoridade policial, cabendo ao MP atuar apenas a partir do inquérito policial. Contudo, com o tempo, surgiram práticas investigativas autônomas promovidas pelo *Parquet*, culminando em uma intensa disputa institucional que só foi pacificada com o julgamento do Recurso Extraordinário nº 593.727/MG, pelo STF, que reconheceu a possibilidade de o Ministério Público conduzir procedimentos próprios de investigação: os chamados PICs. A importância desta pesquisa decorre, em grande parte, da defasagem entre o momento em que se judicializou a controvérsia e a realidade atual do ordenamento jurídico. Enquanto o STF discutia a constitucionalidade do PIC, o Ministério Público já dispunha de normativas internas avançadas e conduzia investigações de maneira rotineira. Assim, mais relevante do que afirmar se o MP pode ou não investigar, é compreender como esse poder vem sendo exercido, quais os seus limites e implicações dentro do sistema acusatório. Neste sentido, o primeiro objetivo deste trabalho é contextualizar o processo de fortalecimento institucional do Ministério Público após a Constituição de 1988, analisando os fundamentos jurídicos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para reconhecer a legitimidade do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) como instrumento válido de apuração de fatos ilícitos. A partir disso, busca-se entender em que medida esse reconhecimento ampliou o protagonismo do *Parquet* dentro da persecução penal. Em um segundo momento, aprofunda-se a análise sobre as diferenças entre o PIC e o inquérito policial, considerando aspectos formais e substanciais de cada modelo. A investigação conduzida pelo mesmo órgão que formula a acusação levanta preocupações legítimas no que diz respeito ao contraditório, à ampla defesa e à imparcialidade do processo penal. Refletir sobre os impactos dessa concentração de poderes é fundamental para preservar o equilíbrio entre as partes e a justiça do processo. Por fim, é importante deixar clara a ideia principal deste trabalho: não há dúvidas de que a Constituição de 1988 permite que o Ministério Público realize investigações. A questão que se pretende discutir, no entanto, vai além, o reconhecimento desse poder não deve esconder problemas mais profundos do processo penal, como o risco de concentração excessiva de funções em um mesmo órgão. Assim, o debate não pode se limitar a uma disputa entre instituições sobre quem deve investigar, mas precisa focar nas garantias do sistema de justiça, este trabalho discute os riscos e desafios decorrentes da ausência de uma regulamentação legal clara sobre o PIC. Para alcançar tais objetivos, adota-se uma abordagem qualitativa, com método dedutivo, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental. A análise de doutrinas, legislações e julgados do Supremo Tribunal Federal permitirá uma reflexão sobre os efeitos da concentração das funções de investigar e acusar em um mesmo órgão e sobre os caminhos possíveis para assegurar os princípios do devido processo legal.

Palavras-chave: Investigação preliminar; inquérito policial; atos investigativos.



OS LIMITES DA AUTONOMIA DA VONTADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Patrick de Andrade
Claudio Melquíades Medeiros

O princípio da autonomia da vontade representa um dos fundamentos mais relevantes do Direito Privado, especialmente no campo das relações obrigacionais e contratuais. Com base nele, os indivíduos são livres para decidir sobre seus interesses, criar vínculos, estipular cláusulas e extinguir obrigações, conforme seus próprios critérios e conveniências. Todavia, no ordenamento jurídico brasileiro, essa liberdade não é ilimitada. Ela encontra diversas restrições impostas pela legislação e pelos princípios constitucionais, que buscam garantir que o exercício da autonomia não comprometa valores essenciais da coletividade, nem afronte direitos fundamentais. A Constituição da República de 1988, em seu texto, consagra a dignidade da pessoa humana e a função social das relações privadas, deslocando o eixo das relações jurídicas de uma perspectiva individualista para um modelo pautado na solidariedade e na proteção de interesses públicos e coletivos. Consequentemente, o Código Civil de 2002, em consonância com a Constituição, introduziu limites à autonomia da vontade, destacando-se a função social do contrato, a boa-fé objetiva, a necessidade de licitude do objeto e a observância da forma prescrita ou não proibida em lei. A autonomia privada deixa de ser um direito absoluto e passa a ser uma liberdade qualificada, sujeita a restrições legais que promovem a justiça, a segurança jurídica e a proteção de interesses que ultrapassam os indivíduos envolvidos na relação jurídica. Diante desse panorama, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte questão: “Quais são os principais limites impostos à autonomia da vontade nos negócios jurídicos pelo ordenamento civil brasileiro, e de que forma esses limites asseguram a função social e a legalidade das relações privadas?”. Para esse fim, serão analisadas as funções das normas cogentes, a importância da ilicitude do objeto e da forma prescrita, o papel dos princípios da função social e da boa-fé objetiva como instrumentos fundamentais de controle e orientação da liberdade contratual no Brasil contemporâneo. Sob a luz da Escada Ponteaniana, ainda são analisadas três decisões judiciais recentes pautadas na autonomia da vontade que retratam relações entre contratos jurídicos firmados entre as partes.

Palavras-chave: Contratos; Negócio Jurídico; Escada Ponteaniana.



A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SOB A ÓTICA DA TEORIA MENOR NO ÂMBITO TRABALHISTA

Thiago Lincon Voltolini
Décio Luiz Otero Junior

No ordenamento jurídico-empresarial brasileiro, a personalidade jurídica consolida-se como instituto indispensável, conferindo autonomia patrimonial às empresas e, conseqüentemente, limitando a responsabilidade dos sócios. Apesar de sua função protetiva, tal autonomia pode ser relativizada quando a pessoa jurídica é utilizada como instrumento para práticas ilícitas. Nesses casos, o ordenamento jurídico prevê mecanismos de superação para coibir o abuso da personalidade jurídica, viabilizando a responsabilização patrimonial dos sócios pelo uso indevido deste instituto. Nesse contexto, a desconsideração da personalidade jurídica configura-se como uma medida excepcional, permitindo o afastamento temporário da autonomia patrimonial da pessoa jurídica. Esse mecanismo jurídico se subdivide-se em Teoria Maior, prevista no art. 50 do Código Civil, aplicável em casos de abuso da personalidade jurídica, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial, e Teoria Menor, prevista no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, que opera com critérios objetivos e dispensa a comprovação de dolo ou fraude quando há obstáculo ao ressarcimento consumerista. No âmbito trabalhista, a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica revela-se controversa, uma vez que sua fundamentação baseia-se na lei especial consumerista (CDC) em detrimento da norma supletiva do Código Civil. A relevância desta pesquisa justifica-se pela ausência de consenso doutrinário e jurisprudencial quanto aos limites da aplicação da Teoria Menor no âmbito trabalhista. Embora o Tribunal Superior do Trabalho tenha consolidado entendimento favorável à flexibilização dos requisitos, persistem questionamentos sobre os fundamentos jurídicos dessa prática e seus reflexos na segurança das relações empresariais. A análise crítica desses aspectos contribuirá para o aperfeiçoamento da aplicação do instituto e para a construção de parâmetros mais precisos que possam orientar a prática jurídica, promovendo maior segurança jurídica sem comprometer a efetividade da proteção aos direitos trabalhistas. O objetivo geral deste trabalho é examinar a aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito trabalhista, analisando seus fundamentos doutrinários, os posicionamentos jurisprudenciais consolidados e os reflexos dessa aplicação na segurança jurídica das relações empresariais, avaliando sua adequação jurídica e os impactos de sua aplicação predominante. Assim, esta pesquisa contribuirá para o debate jurídico acerca da aplicação da desconsideração, fornecendo subsídios para uma compreensão mais aprofundada de seus impactos e limites desse mecanismo na Justiça do Trabalho. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos. Este artigo em um primeiro momento busca examinar a evolução histórica do direito societário brasileiro, analisando os conceitos fundamentais de sociedade e personalidade jurídica, com ênfase na separação patrimonial e nos regimes de responsabilidade dos sócios nos diversos tipos societários; Em seguida, avança para a análise o instituto da desconsideração da personalidade jurídica e suas vertentes teóricas, explorando seus fundamentos doutrinários, pressupostos de aplicação e as distinções entre a Teoria Maior e a Teoria Menor. Por fim, busca-se compreender a aplicação da Teoria Menor da desconsideração no âmbito trabalhista, analisando seus fundamentos jurídicos, a regulamentação processual específica, o posicionamento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho e a controvérsia doutrinária existente entre a necessidade de flexibilização para proteção dos direitos trabalhistas e a preservação da segurança jurídica empresarial. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e método dedutivo. Foram analisadas doutrinas especializadas em Direito Empresarial e Trabalhista, artigos científicos, legislação pertinente como Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e Consolidação das Leis do Trabalho, além de julgados do Tribunal Superior do Trabalho, partindo-se dos fundamentos gerais do direito societário para analisar especificamente sua aplicação no contexto trabalhista.

Palavras-chave: Desconsideração, Teoria Menor, Trabalhista.



OS DESAFIOS DO DIREITO PROBATÓRIO NA INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

Daniela Martins
Waldemar Moreno Junior

O tema proposto neste artigo pretende tratar sobre os desafios do direito probatório na investigação de crimes digitais, o qual é um tema de grande relevância na atualidade devido à frequência de crimes em meios digitais e os diversos entendimentos da justiça sobre a validade das provas digitais. Nesse sentido, a digitalização das relações da sociedade e a crescente popularização do uso de dispositivos digitais vêm alterando a forma com que as pessoas se relacionam, às inserindo na sociedade da informação, o que vem gerando um grande impacto no mundo jurídico. Diante desse contexto, à medida que os processos tecnológicos evoluem e facilitam a coleta de provas, também surgem novas modalidades de crimes, como os crimes digitais, que exigem além dos métodos convencionais, métodos inovadores de obtenção de provas. Com isso, o direito probatório na investigação de crimes digitais tem ganhado cada vez mais destaque na esfera judiciária, por desafiar os métodos tradicionais de investigação forense e exigir estratégias e conhecimentos técnicos que garantam a integridade, a autenticidade e a segurança das provas digitais. Frente a essa realidade, o estudo sobre essa temática é fundamental para compreender a aplicação dos mecanismos penais já existentes, como o princípio do contraditório, a cadeia de custódia e a valoração da prova, especialmente em sua fase pré-processual. Essa análise se faz necessária principalmente por influenciar diretamente em todo o processo penal, a qual pode comprometer ou assegurar a justiça social. Sob essa ótica, inicialmente pretende-se apresentar o contexto histórico do direito probatório e como ele vem refletindo as mudanças da sociedade influenciadas pela tecnologia, principalmente com o advento da internet. Cumpre acrescentar que também serão abordados os conceitos fundamentais de prova e suas modalidades, a fim de compreender suas especificidades e o papel que desempenham na investigação criminal diante da crescente transformação digital da sociedade. Dessa forma, busca-se demonstrar como ocorreram as mudanças na sociedade que ocasionaram a criação de novos tipos penais que se utilizam da tecnologia como o principal meio para cometer ilícitos e a partir dessa premissa visa-se verificar as particularidades dos principais delitos e como isso pode influenciar na investigação criminal e na validação das provas digitais. Por fim, como último tópico a ser trabalhado propõe-se analisar os desafios relacionados à validação das provas digitais frente ao poder judiciário, sobretudo em relação a falta de uma legislação específica e uma uniformização de entendimentos jurisprudenciais. Conjuntamente, almeja-se abordar a valoração das provas e a consequência da não preservação da cadeia de custódia durante a investigação criminal. Portanto, a pesquisa será do tipo bibliográfica e realizará uma abordagem qualitativa evidenciando uma reflexão a partir das informações encontradas sobre a temática em livros, jornais e artigos. Convém destacar, que a pesquisa será explicativa demonstrando as relações entre as variáveis do tema e o método utilizado será o dedutivo, que se baseará na busca lógica da verdade. Os resultados demonstraram que a volatilidade, a fragilidade, a imaterialidade e a dispersão das provas digitais exigem um processo minucioso de identificação, coleta e preservação. Além disso, observou-se que existem oportunidades de incremento na legislação brasileira, com o viés de abranger de maneira mais específica os crimes digitais e com estabelecimento de penas razoáveis, com o fim de evitar impunidade delitiva. Por derradeiro, concluiu-se que o fator determinante para a admissibilidade das provas digitais nos tribunais superiores é a preservação da cadeia de custódia.

Palavras-chave: Provas digitais, crimes digitais, cadeia de custódia.



RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

Gabriel Pires dos Anjos
Pedro Elias Neto

O presente trabalho tem como escopo a abordagem da teoria da perda de uma chance no âmbito da responsabilidade civil, analisando sua evolução doutrinária e jurisprudencial no Brasil. A teoria, originária do direito francês, visa reparar danos causados pela frustração de uma oportunidade real e séria de obter um benefício ou evitar um prejuízo. O estudo examina os critérios de aplicação dessa teoria, os desafios na natureza jurídica, na quantificação do dano e nas críticas sobre sua autonomia no ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque na forma como o Código Civil, a doutrina e a jurisprudência brasileira podem fundamentar sua adoção e interpretação. Este trabalho foi realizado através do método dedutivo, com a pesquisa bibliográfica. Os resultados encontrados foram de que a responsabilidade civil pela perda de uma chance ainda enfrenta desafios significativos, especialmente quanto à definição do dano indenizável, à ausência de critérios objetivos de quantificação e à divergência quanto à natureza jurídica da chance perdida, que é ora tratada como dano autônomo, ora como lucros cessantes, dano emergente ou manifestação de causalidade parcial. A jurisprudência ainda oscila em sua aplicação, ora reconhecendo a teoria com base na lógica probabilística, ora desconsiderando-a por completo ou confundindo-a com dano moral. Apesar disso, observa-se uma tendência de amadurecimento no entendimento jurídico, principalmente no Superior Tribunal de Justiça, com decisões que começam a aplicar critérios mais técnicos e coerentes com os fundamentos da teoria.

Palavras-chave: Responsabilidade civil, Perda de uma chance, Código Civil.



ANÁLISE DA PROTEÇÃO DO DIREITO DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS NO CONTEXTO DOS NAVIOS DE CRUZEIRO COM BANDEIRA DE CONVENIÊNCIA

Ivan Bolzon de Oliveira
Cloves Fernandes Barbosa

Este trabalho analisa a relação entre os navios de bandeira de conveniência e a legislação trabalhista, investigando em que medida os instrumentos normativos internacionais e brasileiros garantem os direitos dos trabalhadores marítimos e quais obstáculos surgem na fiscalização das condições de trabalho a bordo. O objetivo central da pesquisa foi examinar a aplicação das normas trabalhistas em navios de cruzeiro de bandeira estrangeira que operam no Brasil, com destaque para a Convenção de *Montego Bay* (1982), a Convenção da OIT n.º 186 (2006) – conhecida como Convenção do Trabalho Marítimo – e a legislação nacional, incluindo a Consolidação das Leis do Trabalho. Adotou-se metodologia explicativa e qualitativa, valendo-se de revisão bibliográfica e análise documental de tratados internacionais, leis, regulamentos administrativos e decisões judiciais. Os resultados indicam que a prática das bandeiras de conveniência dificulta a efetividade da tutela trabalhista, ao submeter os marítimos a jurisdições permissivas quanto a jornadas, salários e condições laborais. Verificou-se, entretanto, uma evolução importante no arcabouço jurídico: normas internacionais estabeleceram padrões mínimos globais e o Brasil vem ampliando a proteção a seus cidadãos que trabalham em cruzeiros, seja via fiscalização, seja pela interpretação jurisprudencial que tem estendido a aplicação da legislação mais favorável (CLT) aos trabalhadores brasileiros em navios estrangeiros.

Palavras-chave: Bandeira de conveniência, trabalhadores marítimos, legislação trabalhista.



A DECISÃO DE PRONÚNCIA: O PARADOXO ENTRE O DIREITO DO ACUSADO E O DEVER DO ESTADO DE PUNIR INFRATORES

Lizandra Costodio
Waldemar Moreno Junior

Este trabalho analisa a evolução do Tribunal do Júri no Brasil, destacando seu papel como instrumento de participação popular no julgamento de crimes graves. A trajetória histórica da instituição revela a influência de transformações sociais, políticas e jurídicas no aperfeiçoamento do sistema penal, especialmente no que tange à busca por maior democratização e imparcialidade nos julgamentos. A pesquisa concentra-se na decisão de pronúncia como etapa crucial do procedimento do júri, ocasião em que o juiz deve avaliar a admissibilidade da acusação à luz das garantias constitucionais do acusado. O estudo examina os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência, enfatizando a importância de uma decisão fundamentada, respeitosa à legalidade e aos direitos individuais. Neste contexto, ganha destaque o embate entre os princípios do “*in dubio pro reo*”, que assegura ao réu o benefício da dúvida, e do “*in dubio pro societate*”, que privilegia o prosseguimento da ação penal em nome da proteção social. A aplicação prática desses princípios na decisão de pronúncia exige do magistrado uma ponderação criteriosa entre o interesse público e as garantias individuais, sendo essencial que essa escolha se baseie em critérios objetivos e respeite os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, compreendeu-se que não deve ser aplicado o princípio do “*in dubio pro societate*”, tendo em vista que prejudica a utilização do principal princípio do direito processual penal que apresenta a proteção integral e efetiva ao réu. Esse artigo utilizará o procedimento dedutivo e método bibliográfico.

Palavras-chave: decisão, pronúncia, acusado.



RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E RACISMO INSTITUCIONAL NA JURISDIÇÃO PENAL

Maria Ariéle da Silva
Leandro Gornicki Nunes

O objeto de estudo deste artigo será o reconhecimento fotográfico e o racismo institucional na jurisdição penal. A escolha do tema se justifica pela necessidade de abordar as falhas e preconceitos presentes nos sistemas de justiça criminal, que se refletem no procedimento de reconhecimento fotográfico. Este procedimento é amplamente criticado por sua imprecisão e potencial para perpetuar estereótipos raciais. Além disso, serão discutidas as possibilidades de condenações errôneas baseadas em identificações fotográficas falhas. Ao investigar o reconhecimento fotográfico e suas implicações raciais, este artigo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda dos mecanismos que perpetuam o racismo institucional e apresentar as reformas necessárias debatidas pela doutrina. Dentro desse contexto, a questão de pesquisa se insere na análise da convergência entre práticas investigativas e desigualdade racial apontada pela jurisdição penal brasileira. Será demonstrado como o reconhecimento fotográfico pode contribuir para a manutenção do racismo institucional e a necessidade de mudanças nas práticas de reconhecimento para mitigar esses efeitos. Assim, serão contextualizadas as exigências legais para o reconhecimento de pessoas, conforme delineadas no Código de Processo Penal. Além disso, será destacada a ausência de regulamentação específica para o reconhecimento fotográfico, evidenciando as consequências dessa lacuna, como a impossibilidade de aplicação desse método. Outrossim, buscar-se-á evidenciar as ilegalidades inerentes à realização do procedimento de reconhecimento fotográfico, por meio da análise da visão doutrinária e da posição da jurisprudência dos Tribunais Superiores. Ademais, serão discutidas as ressalvas apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, será analisada a influência e os efeitos psicológicos dos vieses raciais e do racismo no procedimento de reconhecimento fotográfico, considerando o racismo institucional na jurisdição penal. Serão demonstrados os riscos associados a esses vieses por meio de exemplos reais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, será do tipo bibliográfica, analisando referências sobre o tema em livros, jornais, revistas, internet e outros meios de comunicação pertinentes. Além disso, será explicativa, pois pretende demonstrar as relações causais entre as variáveis. O texto, portanto, buscará construir uma lógica entre as variáveis qualitativas de interpretação, a fim de formar argumentos densos e plausíveis. Por fim, concluiu-se como o racismo institucional influencia no procedimento de reconhecimento fotográfico, utilizando exemplos de casos reais para ilustrar os riscos e consequências dessa prática.

Palavras-chave: Reconhecimento fotográfico, racismo institucional, jurisdição penal.



O CONTROLE JURISDICIONAL DAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

Yuri Schulz Gehrman Schneider
Waldemar Moreno Júnior

O presente artigo tem como objeto o controle jurisdicional das investigações criminais, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, e seus impactos no sistema de justiça criminal brasileiro. A escolha desse tema partiu da necessidade de se compreender como a atuação judicial na fase pré-processual pode contribuir para o equilíbrio entre a efetividade da investigação e a preservação dos direitos e garantias fundamentais. A criação do juiz das garantias, figura central desse novo modelo de controle, busca assegurar que o processo penal brasileiro esteja em conformidade com o princípio acusatório, evitando que o magistrado responsável pelo julgamento do mérito tenha envolvimento direto com os atos investigativos. Esse desdobramento reforça a imparcialidade do juiz e impede que decisões posteriores sejam influenciadas por elementos obtidos sem o contraditório. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o devido processo legal como um direito fundamental, exige que todas as fases da persecução penal observem princípios como legalidade, imparcialidade e ampla defesa. Assim, o controle jurisdicional durante a investigação se mostra como instrumento essencial para evitar abusos, fiscalizar medidas invasivas como prisões, quebras de sigilo e buscas e garantir que a atuação dos órgãos investigativos, como polícia e Ministério Público, se mantenham dentro dos limites legais. Doutrinadores como Aury Lopes Júnior e Guilherme de Souza Nucci defendem que o juiz das garantias representa um avanço civilizatório no processo penal, ao incorporar um modelo mais garantista e menos autoritário. Já Paulo Rangel destaca que esse controle atua como mecanismo de contenção do poder punitivo estatal, evitando que a investigação seja conduzida de forma inquisitorial ou sem o devido respaldo judicial. A atuação do juiz das garantias, portanto, além de proteger o investigado, preserva a legitimidade das provas produzidas e assegura a higidez do processo penal. Embora a criação do juiz das garantias tenha sido alvo de controvérsias e sua implementação nacional esteja em andamento, o debate em torno do controle jurisdicional das investigações permanece atual e relevante. O presente artigo, nesse sentido, analisa os fundamentos, objetivos e possíveis impactos dessa nova estrutura jurídica, refletindo sobre os desafios para sua efetivação e a necessidade de um sistema de justiça que una eficiência investigativa e respeito ao Estado Democrático de Direito. A pesquisa propõe uma análise do controle jurisdicional das investigações criminais. Adota uma abordagem qualitativa, caracterizada por flexibilidade metodológica e busca por uma compreensão profunda dos dados. Trata-se de um estudo bibliográfico, baseado na revisão de materiais já publicados, como livros, artigos e teses, o que permite tanto retomar temas já estudados quanto explorar lacunas existentes. O método utilizado será o dedutivo, que parte de premissas gerais para conclusões específicas, aplicando a lógica formal. A pesquisa será de natureza explicativa, visando compreender os elementos essenciais do fenômeno estudado, com base em métodos predominantemente observacionais nas Ciências Sociais. Após a análise, chegou-se a conclusão de que o controle jurisdicional exercido pelo juiz das garantias representa um avanço na promoção de um processo penal mais equilibrado e respeitoso aos princípios do Estado Democrático de Direito, ao estabelecer freios a atuação investigativa estatal e reforçar a imparcialidade do juízo competente para o julgamento.

Palavras-chave: Controle jurisdicional, Juiz das garantias, Pacote Anticrime.



A COLABORAÇÃO PREMIADA SOB ÓTICA DA TEORIA DOS JOGOS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO PENAL NEGOCIADO

Alisson Ledoux Ozório
Waldemar Moreno Junior

O presente trabalho, conduzido por intermédio da metodologia qualitativa, utilizando-se de revisões bibliográficas, tem como objeto o estudo do instituto da colaboração premiada sob a perspectiva da Teoria dos Jogos. Tal preceito teórico dedica-se ao estudo das decisões interativas, nas quais as escolhas dos agentes influenciam e são influenciadas pelas decisões de outros participantes. A respectiva lógica permite estabelecer uma relação direta do instituto processual em tese, vez que, no contexto da justiça penal negociada, as partes envolvidas devem estruturar estrategicamente os termos do acordo, considerando riscos, recompensas, e possíveis ações dos demais envolvidos. A colaboração premiada, inculpada majoritariamente na Lei n. 12.850/13, e aprimorada pela Lei n. 13.964/19, retrata um meio de obtenção de provas eficaz no combate à criminalidade organizada, proporcionando benefícios ao réu que decide colaborar com as investigações, revelando informações pertinentes e delatando os demais partícipes. O tema se justifica pela sua crescente aplicação no Brasil, principalmente após operações de grande repercussão nacional, como a Lava Jato, além de sua aproximação com modelos de justiça penal negociada adotados em países como Estados Unidos e Itália. Inicialmente, proceder-se-á a explanação acerca do instituto jurídico da colaboração premiada, seguido da introdução teórica acerca da Teoria dos Jogos, finalizando com a análise da aplicação teórica sob os termos do acordo de colaboração premiada efetivado entre os integrantes do “jogo” processual.

Palavras-chave: Direito Processual Penal. Colaboração Premiada. Teoria dos Jogos.



DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO EM SANTA CATARINA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Amanda Heloysa Athanazio
Renata Egert

O presente estudo trata dos desafios enfrentados por crianças portadoras de deficiência no processo de adoção no Brasil. O tema é importante em razão de tornar o sistema de adoção mais inclusivo. Além de seu valor prático, o tema é relevante para o direito por exigir uma análise multidisciplinar que envolve direitos da infância, da pessoa com deficiência e políticas sociais. Ele traz à tona a necessidade de um alinhamento mais eficaz entre as legislações existentes e sua aplicação, estimulando debates sobre como fortalecer o aparato normativo e garantir maior inclusão. A insuficiência de proteção a essas crianças nas adoções expõe um déficit de justiça social, exigindo uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e da sociedade. Dados do CNJ revelam um descompasso entre as famílias dispostas a adotar e o perfil das crianças com deficiência, expondo a falta de incentivo e suporte adequado por parte do Estado. Mesmo com os direitos previstos no ECA e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ainda existem lacunas significativas entre a legislação e sua aplicação prática. O artigo aprofunda a análise dessas lacunas e do impacto da ausência de políticas públicas eficazes no processo de adoção. A pesquisa busca propor soluções para tornar o sistema mais inclusivo, garantindo estabilidade às famílias e maior proteção às crianças adotadas. Ao ressaltar a importância de articular proteção legal e políticas inclusivas. Assim, pretende-se contribuir para que a adoção seja vista não apenas como um ato de afeto, mas uma responsabilidade que demanda apoio contínuo e estruturado. O artigo objetiva analisar a legislação para compreender os princípios que regem o processo de adoção, aprofundar o estatuto da pessoa com deficiência e os meios de inclusão e entender os desafios enfrentados por crianças com deficiência no processo de adoção no Brasil. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para facilitar o processo de adoção e torná-lo mais inclusivo e eficiente para crianças com deficiência no Brasil.

Palavras-chave: Adoção, crianças com deficiência, inclusão.



O CONTINENTE ANTÁRTICO E O DIREITO INTERNACIONAL: A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E O TRATADO DA ANTÁRTICA

Beatriz Mühlmann de Castro
Cloves Fernandes Barbosa

O presente estudo trata do continente antártico e o Direito Internacional, mais especificamente da relação entre o Brasil e o Tratado da Antártica. Desse modo, os objetivos específicos são a análise do histórico da legislação da Antártica; o aprofundamento acerca da evolução do sistema do Tratado da Antártica e dissertação acerca do papel do Brasil na criação do Tratado da Antártica e sua relação atual com o continente, sendo utilizada a metodologia do tipo bibliográfica, bem como, o método dedutivo de pesquisa. Assim, a expectativa deste artigo é contribuir para conscientização acerca da participação brasileira na criação do tratado, bem como sua atual atuação no continente.

Palavras-chave: Tratado da Antártica, Direito Internacional, Brasil.



ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DA AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA

Bruna Eduarda Marczak
Cloves Fernandes Barbosa

O presente artigo tem como objetivo analisar os aspectos materiais e processuais da Ação Regressiva Acidentária, destacando seu papel como instrumento de ressarcimento ao INSS e de prevenção de acidentes de trabalho. Trata-se de um instituto jurídico relevante, que permite ao INSS buscar o reembolso dos valores pagos a título de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho, quando comprovada a negligência do empregador no cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional. metodologia de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e explicativa, utilizando o estudo doutrinário como técnica de coleta de dados. Espera-se, com este trabalho, contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a Ação Regressiva Acidentária, evidenciando seus fundamentos, sua aplicabilidade e sua importância como mecanismo de proteção social, tanto no aspecto ressarcitório quanto na promoção da prevenção de acidentes no ambiente laboral.

Palavras-chave: Ação Regressiva Acidentária, Aspectos Materiais, Aspectos Processuais.



A CONCESSÃO DE MÚTIPLAS PENSÕES POR MORTE NO RGPS DIANTE DA MULTIPARENTALIDADE

Carolina Mais da Silva
Renata Egert

O presente estudo trata da concessão de múltiplas pensões por morte no regime geral da previdência social diante da multiparentalidade. Através do presente artigo busca-se compreender a possibilidade da cumulação de pensões por morte no RGPS para filhos, sejam biológicos ou socioafetivos, quando existe o reconhecimento jurídico da multiparentalidade. A origem da pesquisa se encontra na necessidade de compreender questões atuais e fundamentais de nossa sociedade, como a multiparentalidade, para o direito previdenciário. Analisando as problemáticas tratadas diariamente nos ramos profissionais do direito previdenciário, são inegáveis as consequências que as mudanças nas estruturas familiares geram nos benefícios previdenciários da RGPS, dentre eles o benefício por morte. Quando discutindo questões acerca das relações familiares, destaca-se que elas expressam, de modo singular, questões que influenciam todo o Direito, pois são reflexos de como a sociedade está organizada. Assim, surgem dilemas e contradições entre as noções definidas no passado e aquelas fruto das mudanças sociais. Em vista disso, é necessário o contínuo estudo do impacto dessas mudanças em nosso ordenamento, como na matéria do direito previdenciário. Dentre esses dilemas se discute a questão da multiparentalidade, descrita como a possibilidade de coexistência entre filiações biológicas e socioafetivas, sem que uma se sobreponha à outra, bem como reconhecendo seus efeitos jurídicos próprios decorrentes dessa situação jurídica. Ainda, cabe ressaltar que o vínculo socioafetivo não é menos importante que o biológico, podendo em certos casos prevalecer sobre ele, ante o princípio do melhor interesse da criança. A multiparentalidade tem se tornado mais presente na sociedade, assim como o reconhecimento jurídico e social da filiação socioafetiva, acarretando mudanças em vários aspectos de nosso sistema jurídico, como na concessão de pensões por morte no RGPS, benefício pago aos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer, aposentado ou não, conforme previsão expressa do art. 201, V da Constituição Federal. De forma geral, segundo o art. 24 da EC 103/2019, não é possível acumular pensões por morte, entretanto, a modificação das estruturas familiares abriu lacunas para interpretação dessa norma, visto que a vedação se restringe apenas à cumulação de pensões por morte deixadas por cônjuge ou companheiro, não abrangendo os casos em que as pensões foram deixadas por filhos ou pais do beneficiário dependente. Isso posto, surge o questionamento quanto à existência ou não de limitação à concessão de múltiplos benefícios de morte frente ao reconhecimento judicial da multiparentalidade, sendo necessária a análise jurisprudencial para preencher essa lacuna. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, onde serão analisadas as referências a respeito do assunto em livros, jornais, revistas, internet e outros meios de comunicação pertinentes. O texto busca uma construção lógica entre as variáveis qualitativas de interpretação para formar argumentos os mais densos e plausíveis possíveis. Concluiu-se que não existe vedação à cumulação de benefícios em caso de reconhecimento da multiparentalidade comprovada.

Palavras-chave: Multiparentalidade, Pensão por Morte, Cumulação.



A HOLDING FAMILIAR APLICADA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Erick Felipe Meyer Werner
Denis Fernando Radun

O objeto de estudo deste artigo é a análise da utilização da holding familiar como ferramenta de planejamento sucessório. A relevância decorre da capacidade que a holding familiar de fornecer proteção ao patrimônio familiar, reduzir impostos, torna mais ágil a sucessão de bens e auxiliar na preservação da harmonia familiar. A holding familiar possibilita assegurar a continuidade dos negócios da família e, ainda, evitar litígios comuns que costumam ocorrer no processo de partilha em um inventário. A abordagem da pesquisa é explicativa, dedutiva e de caráter bibliográfico, sendo constituída com base na análise de artigos, livros e legislação. Este estudo buscou contribuir para a compreensão do uso estratégico da holding no contexto do planejamento sucessório, demonstrando suas vantagens, limitações e impactos jurídicos.

Palavras-chave: Holding familiar, Planejamento sucessório, Direito sucessório.



SMART CONTRACTS E BLOCKCHAINS NO DIREITO BRASILEIRO

Franck Maieski Andregiesky Andraschko
Beatriz Regina Branco

O presente estudo trata da análise e compreensão do impacto e da aplicação das tecnologias de blockchain e smart contracts no direito empresarial. Busca-se investigar de que forma essas inovações podem transformar as práticas comerciais, influenciar a segurança jurídica nas relações empresariais e quais são os desafios regulatórios e jurídicos associados à sua implementação. A escolha do tema justifica-se pelo potencial disruptivo dessas tecnologias, que introduzem novos paradigmas de automação, eficiência, rastreabilidade e descentralização nas transações comerciais. Os objetivos específicos do trabalho são: a) estudar o conceito e o funcionamento dos smart contracts e da tecnologia blockchain, avaliando sua aplicabilidade no contexto empresarial; b) examinar a legislação e regulamentação vigentes no Brasil e em outras jurisdições, identificando lacunas normativas e desafios jurídicos; e c) avaliar os impactos e as implicações jurídicas dos smart contracts para as empresas, especialmente no que se refere à validade contratual, execução automatizada e segurança jurídica. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com método dedutivo, a partir da análise de obras doutrinárias, artigos científicos e documentos normativos nacionais e internacionais. Espera-se, com isso, contribuir para o aprofundamento teórico e prático sobre o tema, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de um marco jurídico mais adequado à realidade digital. O estudo pretende ainda oferecer caminhos para a adoção segura dessas tecnologias, equilibrando inovação e proteção jurídica no âmbito do direito empresarial.

Palavras-chave: Smart Contracts, Blockchain, Direito Empresarial, Tecnologia Jurídica, Validade Jurídica, Regulamentação, Contratos Inteligentes, Inovação Jurídica, Segurança Jurídica.



O TRABALHO DOMÉSTICO REDUZIDO A CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO

Julia Berkenbrock
Cloves Fernandes Barbosa

A presente pesquisa investiga o trabalho doméstico no Brasil, em condições análogas à escravidão, prática ainda presente, que caracteriza violações de direitos humanos e trabalhistas. A pesquisa adota metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica interdisciplinar, abordando aspectos históricos, jurídicos e sociais. O objetivo é analisar como a exploração no ambiente doméstico se mantém a partir de heranças coloniais e estruturais, especialmente sob a ótica do racismo, da desigualdade de gênero e da precarização socioeconômica. Apesar de avanços legais, a efetivação e imposição dos direitos ainda enfrentam obstáculos significativos, tais como a informalidade das relações de trabalho, a invisibilidade no espaço privado do domicílio e a persistência de mentalidades que associam o trabalho doméstico a funções subalternas, principalmente quando exercidas por mulheres negras. O estudo identifica, conforme o artigo 149 do Código Penal, os quatro elementos caracterizadores do trabalho análogo à escravidão: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes e restrição de locomoção, observando suas especificidades no contexto doméstico. Conclui-se que a superação desse fenômeno requer ações articuladas em três frentes: aprimoramento de mecanismos de fiscalização e responsabilização, empoderamento dos trabalhadores por meio da educação e emancipação econômica, e rompimento com o estigma histórico de subalternização do trabalho doméstico. O estudo reforça o problema como fruto de desigualdades históricas, demandando ações intersetoriais para garantir dignidade aos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Escravidão contemporânea, Racismo estrutural.



UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS DESAFIOS AO DIREITO PENAL NO ENFRENTAMENTO À LAVAGEM DE CAPITAIS POR MEIO DE CRIPTOMOEDAS

Larissa Conceição da Silva
Rafael Mendonça

O presente trabalho tem como objetivo de estudo o impacto da descentralização das criptomoedas na eficácia dos métodos convencionais de combate à lavagem de dinheiro. A adoção cada vez maior de criptoativos, motivada por pseudoanonimato e pela falta de intermediários tradicionais, têm afetado de forma relevante a intervenção do direito penal econômico no combate à criminalidade financeira. A relevância do assunto é justificada pela utilização crescente de ativos digitais por organizações criminosas para a execução de crimes, conforme demonstrado em várias operações policiais recentes no Brasil. A finalidade principal é examinar o quanto a estrutura descentralizada das criptomoedas dificulta a identificação ao combate da lavagem de dinheiro, considerando a legislação em vigor, a doutrina penal econômica e a avaliação de casos reais. A abordagem utilizada é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada através de análise de literatura e documentos.

Palavras-chave: Criptomoedas. Direito Penal Econômico. Lavagem de dinheiro.



FAMÍLIAS EM CONSTRUÇÃO: OBSTÁCULOS CULTURAIS E SOCIAIS NA ADOÇÃO BRASILEIRA

Monique Nass Karnopp
Renata Egert

A temática deste artigo, “Famílias em construção: Obstáculos culturais e sociais na Adoção Brasileira” veio por sua importância significativa para todo o Brasil e a justiça brasileira, é necessário pensar sobre as dificuldades encontradas pelo sistema de adoção. No Brasil, muitas crianças e adolescentes têm a esperança de encontrar um bom lar, para viver em uma família acolhedora, mas não conseguem sair do sistema de adoção pois infelizmente, ainda, existem preconceitos que já estão a muito tempo na sociedade e que prejudicam todo o processo. Estudar com um olhar mais crítico todas essas questões, é preciso, para tentar compreender o que acontece para que o processo fique tão lento e, com isso, buscar soluções para conscientizar as pessoas e tornar o sistema mais rápido, mas sem abrir mão da proteção e bem-estar das crianças e adolescentes que estão em abrigos. Ainda, o estudo tem como objetivo se aprofundar sobre as leis que guiam a adoção no Brasil. Este trabalho busca entender os obstáculos e desafios, que causam longas filas de espera, mesmo com um grande número de pessoas na fila à procura de uma criança ou adolescente para incluir em sua família. Infelizmente existe uma procura muito grande por determinados tipos de perfis, e crianças mais velhas, com irmãos ou com necessidades especiais são os menos procurados, o que faz com que essas filas andam cada vez mais devagar. A demora também desmotiva novas famílias a entrarem na fila da adoção, que por diversas vezes desistem de tentar adotar por ter que esperar por tantos anos para adotar uma criança. O trabalho se propõe a analisar o porquê da demora no sistema de adoção mesmo com um número de crianças tão grande esperando. Por fim, este estudo surgiu pela necessidade de uma pesquisa mais criteriosa e que estude o sistema de adoção brasileiro, analisando quanto às questões históricas, sociais e legais do sistema de adoção no Brasil, esse tema não é apenas importante para que a sociedade continue evoluindo e melhorando as condições para as crianças e pais que utilizam o sistema de adoção. Mas também para a área jurídica, preparando de forma mais eficaz os operadores do direito no Brasil. Para tanto, será utilizado neste trabalho a pesquisa qualitativa e explicativa para ser possível aprofundar o estudo dos obstáculos enfrentados por crianças e adolescentes, e por aqueles que desejam adotar. Ainda, será a pesquisa bibliográfica, na qual serão analisadas as referências a respeito do assunto em livros, jurisprudência e legislações além de outros meios de comunicação pertinentes.

Palavras-chave: Adoção, família, obstáculos culturais.



ADOÇÃO DE CRIANÇAS ESTRANGEIRAS: DESAFIOS LEGAIS E HUMANITÁRIOS NA BUSCA PELO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Tauany Polak Kachorowski
Renata Egert

A adoção internacional de crianças representa uma prática complexa, permeada por desafios legais e implicações humanitárias que demandam atenção e sensibilidade por parte dos profissionais do Direito e da sociedade em geral. No contexto atual, marcado pela globalização e pela crescente interdependência entre as nações, torna-se essencial revisitar essa temática à luz do princípio do melhor interesse da criança, preceito consagrado em tratados internacionais e normas nacionais. A escolha deste tema se justifica pela relevância e atualidade das discussões que envolvem a adoção de crianças estrangeiras, considerando as barreiras legislativas, culturais e éticas que permeiam o processo. O estudo propõe analisar essas dificuldades sob uma perspectiva crítica e humanizada, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas e da atuação profissional na área da infância e juventude. O processo de adoção internacional vai além da boa vontade dos adotantes e das instituições envolvidas, exigindo conformidade com tratados internacionais, como a Convenção de Haia sobre a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, além da harmonização com legislações nacionais. As diferenças legislativas entre os países e a lentidão processual são obstáculos recorrentes, que podem comprometer a segurança e o bem-estar da criança. Além dos obstáculos legais, a adoção de crianças estrangeiras envolve implicações de ordem humanitária. A adaptação cultural e emocional das crianças, bem como a preparação das famílias adotantes para lidar com questões de identidade e pertencimento, são aspectos centrais que exigem acompanhamento especializado e políticas de apoio pós-adoção. A ausência desses cuidados pode resultar em experiências traumáticas e em processos de adoção sem sucesso. Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender de forma aprofundada os desafios legais e as implicações humanitárias que impactam o processo de adoção de crianças estrangeiras, destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e ética. A análise dessas questões visa fornecer subsídios teóricos e práticos para os operadores do Direito, contribuindo para a construção de um sistema adotivo mais eficiente, justo e sensível às reais necessidades das crianças envolvidas.

Para a elaboração deste artigo, foi adotada uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas doutrinas jurídicas, legislações pertinentes e jurisprudências dos tribunais superiores, com o objetivo de construir uma análise crítica sobre o tema proposto. O método utilizado permitiu examinar os fundamentos teóricos e práticos da matéria, possibilitando uma compreensão aprofundada das implicações jurídicas envolvidas. A metodologia adotada será de natureza bibliográfica, com abordagem dedutiva, analisando a legislação aplicável, tratados internacionais e estudos de caso que envolvem a adoção internacional. Os resultados esperados incluem a ampliação do conhecimento sobre os aspectos jurídicos e sociais da adoção de estrangeiros, fornecendo subsídios teóricos e práticos para operadores do Direito. Além disso, busca-se sensibilizar a sociedade e contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam um processo adotivo mais ético e humanizado.

Palavras-chave: Direitos, infância, transnacional.



O AVANÇO DA EQUIDADE DE GÊNERO NOS ESPORTES

Thiago Schreiter Furtado
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Embora a desigualdade de direitos entre homens e mulheres ainda seja notória para uma parcela da sociedade, observa-se certa acomodação social, possivelmente influenciada pelos avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas. Em áreas como o esporte, é comum persistir a ideia equivocada de que as principais disparidades já foram superadas. O objetivo deste artigo é analisar os avanços conquistados na busca pela equidade de gênero no ambiente esportivo, através da pesquisa bibliográfica e do método dedutivo. Verifica-se que a busca pela equidade de gênero no esporte demanda mais do que a simples presença das mulheres em ambientes tradicionalmente masculinos; é preciso reavaliar as estruturas sociais e culturais que historicamente limitam sua participação, criando assim um ambiente esportivo verdadeiramente inclusivo e democrático. Diante desse cenário, destaca-se a importância de novos estudos, políticas legais e investimentos que promovam a equidade de gênero no esporte, garantindo às mulheres mais oportunidades, inclusão e permanência nesse espaço.

Palavras-chave: Equidade, Gênero, Direito Desportivo.